

movimento

de cultura portuguesa

GONÇALO VASCONCELOS

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

Avenida Almirante Reis, 120-4.
LISBOA

57

O EQUÍVOCO

Elementos
para a iluminação
do Sistema Português
de Equívocos

O EQUIVOCO FILOSÓFICO

Coisificação do pensamento. Dogmatização. Predominio do estático. A filosofia é ensinada como factologia. Daí que se tenha entre nós transformado em história. O aluno não aprende a idear: tão-só a fixar ideias feitas. Conservará para sempre esta mentalidade.

Empobrecimento das faculdades de espírito. Descartadas a sensibilidade, a imaginação, a intuição e a tradição, os Portugueses, passivos perante a frustre glória filosófica dos Franco-Germânicos, vieram também a reduzir a original capacidade gnóstica, à razão.

Mas como isto não existe em estado puro e a matemática só serve para fins limitados e pragmáticos, traduziram-na leis e nós em termos de vontade. Partidarismo. Dogma. Catedratismo. Autoridade. Raciocinamos? Não. Aceitamos por imposição sofismos de racionalidade.

Por este caminho atingimos o paradoxo máximo. O conhecimento é igual ao não conhecimento.

Sociologia. Positivismo. «Politique d'abord». Abdicação do sábio perante as forças sociais, de quantidade. O numérico vale mais do que o qualitativo: suprema flor do pensamento ocidental, a máquina de lavar a roupa. A vida construída sobre o imediato. Sobre o corporal e indirectamente animico. Sobre as apetências físicas. Sobre a preguiça e sobre o trabalho (falacrosa tese e antitese). Abdicação. Pensar custa muito e a razão é um círculo sem fim que a si mesmo volta. Abdicação. Em vez de pensar: alistamo-nos; delegamos; filiamo-nos; votamos. Outros que pensam por nós. E quem pensa por eles, por esses que supomos pensarem por nós? Não pensam: querem. E assim a humanidade cada vez menos consciente de ser vítima do trágico embusto que o seu mesmo pensamento engendrou.

A ideia é uma abstracção. A história da filosofia arvoa-a em facto. A política, em ideal. A essência é tendência, não realidade. Assim se tecer um incerto esqueleto de ideias e ideais. Toma-se o esqueleto pelo corpo. Toma-se o corpo pelo espírito.

Por último, a derradeira cidadela. Ao menos, as coisas são. E existem. Proclamemos o ser. A existência é está a realidade irredutível. Conceptuar. Generalizar. Atingir o vago classificativo. Tudo é idêntico. Tudo é ser. Um homem é igual a uma árvore. Uma árvore é igual a uma mesa. Metafísica que a física é forçada a confirmar. As legisladas ou ocasionais ramificações da matéria provam o primado da ética. Tudo certo para os professores de filosofia e para os apaniguados. Agora, só aplicar. Fornos crematérios de homens ou urtigas — tanto faz. São meras transformações de ser.

Porém... tudo isto se move, se difere, se multiplica, evolui e constantemente acrescenta novos enigmas aos antigos e ainda inexplicados.

Explodem as leis e o absurdo pesa constantemente sobre os sistematizadores. Explodem as leis, as ideias, as verdades, os dogmas. A substância é agora energia. Já nem há a coragem de falar de uma energia como ontem se falava de uma matéria, de um ser. O que são, de onde vêm, para onde vão as forças energéticas que a todo o momento se descobrem no centro das inumeráveis ordens da realidade? Reverte-se ao simbolismo alquímico. Os elementos. O fogo. Há que rever tudo. Os occidentais andaram com demasiada pressa e passaram ao lado do essencial. Imaginar é uma função filosófica. Intuir é uma outra forma de visão. Sonhar. Descobrir. Estamos no llamar de uma filosofia nova, que edificaremos sobre os escorregas da antiga. Urge voltar ao princípio, às origens. E, se possível, evitar os erros que empêceram a evolução do pensamento humano. O equívoco da filosofia actual reside, todo ele, em não ter compreendido ainda que a palavra Fim já foi

(Continua na pg. 12)



PEIXEIRA

OS ILIMITES DA CIÊNCIA

I. DEPOIS DO IDEALISMO

Depois de Hegel, o hegelismo terá sido utilizado predominantemente no acordo com um evolucionismo político, pois o seu conceito de articulação da liberdade com a justiça e, consequentemente, da sujeição do indivíduo ao Estado, propiciaram regimes da direita ou da esquerda que assim encontravam um fundamento filosófico que bem poderia ser considerado, em determinado plano, como uma actualização da teoria política de Maquiavel. Por outro lado, a aplicação da dialéctica ao fenômeno político constitui uma arma tão poderosa quanto era difícil responder-lhe no plano lógico. Hegel escreve na sua *Introdução à Filosofia da História* que «a Razão governa o mundo, tal como governou e sempre governará a história. Em face deste princípio em si e por si universal e substancial, tudo o resto é subordinado, é apenas um meio ao seu serviço». Tudo o resto — é a humanidade, evidentemente, que assim pode ser legitimamente sacrificada à Ideia. Por outro lado, esta actividade permanece sem sanção, mesmo lógica, já que todos os estádios da evolução histórica, mesmo os que mais maléficamente se exercem, têm a sua justificação na teodiceia hegeliana e são até necessários na dialéctica espiritual dos eventos. Vale a pena — embora nos afastemos um pouco do tema principal do nosso estudo, citar a propósito o passo porventura mais significativo da *Filosofia da História*: «A nossa meditação nesse sentido é uma teodiceia, uma justificação de Deus. É o que Leibniz tentou realizar à sua maneira segundo categorias ainda abstractas e indeterminadas: todo o mal que existe no mundo, inclusivamente o mal moral devia ser compreendido, era necessário reconciliar o espírito que pensa com o negativo. Ora é na história que todo o mal se apresenta em massa, de um modo concreto, sob os nossos olhos... Só poderemos atingir esta reconciliação pelo conhecimento do afirmativo onde o negativo se desvanece tornando-se num momento subordinado e ultrapassado — tomando consciência do que é em verdade o fim último deste mundo e realizando por outro lado que este fim foi nele efectivamente expresso e que o mal não se manifestou ao seu lado no mesmo grau e ao mesmo título. A justificação visa a tornar o mal comprehensível perante o poderio absoluto da Razão. Trata-se da categoria do negativo, do que atrás falámos, mostrando-nos como na história o que há de melhor e de mais nobre é sacrificado no seu altar. Este negativo é repudiado pela razão que pensa e quer pôr no seu lugar um fim afirmativo. A razão não pode deter-se no facto de que indivíduos isolados hajam sido lesados; os fins particulares perdem-se no Universal».

Se, porém, subsiste em muitos países — pelo menos nas classes governantes — a herança teodiceico-política de Hegel, estes abandonaram por completo a gnosologia racionalista. Por outras palavras, conhecer não é para eles tomar a consciência da Ideia em movimento, mas tão só uma actividade secundária e gratuita, degradada ao nível de um luxo ou de um subproduto da burguesia ociosa. O mesmo se passa — falamos agora num plano sociológico, isto é, com referência a formas institucionais e educativas — nos países em que o hegelismo pragmático é mais ténue e a legitimidade política procura radicar-se na vontade do maior número. Superado o idealismo, já na fórmula do idealismo crítico de Kant, já na fórmula do idealismo transcendental de Schelling, já na fórmula do idealismo absoluto de Hegel, superado no primeiro caso

Por
ANTÓNIO QUADROS

pelo argumento da impotência, superado no segundo caso pelo argumento da indeterminação e fragilidade do método epistemológico, superado no último caso pela evidente descarnação e desalmação de um sistema onde, no nível gnosiológico, a Ideia ocupa e invade por completo o Homem, como que eliminando e devorando os próprios homens em seu globalismo psíquico e em sua livre determinação, surgem então dos escombros de uma filosofia desmoronada, duas correntes que, cada uma a seu modo, procuram resolver o problema segundo novos dados. São elas o positivismo e o cientismo.

2 — A LIMITAÇÃO POSITIVISTA

Trata-se, devemos sublinhá-lo, de correntes cujos fins são estruturalmente diversos, embora num plano inferior se alimentem mutuamente. Se o positivismo se defende, principalmente em Conte, de ficar ligado a uma metafísica, o certo é que todas as suas presunções são materialistas, o que indica nele uma metafísica da matéria na preocupação de encontrar uma unidade ou uma entidade subjacente a todos os seres. Ao mesmo tempo, para se estruturar, o positivismo recorre ao apoio científico, praticando no entanto uma escolha que, desde logo, o restringe em relação ao cientismo autêntico. Assim é que na *Classificação das Ciências* de Augusto Conte não há lugar para a Psicologia. Muitos dos seus seguidores, como John Stuart Mill, discordam neste ponto do mestre, mas o fundamento psicológico do positivismo é sempre débil: e se o não fosse não haveria aliás positivismo. Com efeito, reconhecendo como únicamente positivas as ciências da natureza — e delas eliminando até, como o demonstra o matemático e filósofo A. N. Whitehead, o momento da hipótese científica, o positivismo restringe ab initio o impulso da ciência para o conhecimento, o que nenhum cientista digno deste nome pode aceitar. O filósofo positivo procura assimilar, organizar, sistematizar um momento factual, mas não se detém no exame da experiência do próprio facto, aceitando como fiel a simples percepção sensorial, deixando no esquecimento a conexão existente entre cada facto e toda uma série de factos que lhe estão ligados, e sobretudo praticando uma escolha ou dando importância a certos factos sobre outros através de um critério que lhe escapa, critério que para muitos é simplesmente o do sentimento. Com efeito, de entre as infinidades de factos que se amontoam caoticamente diante da visão humana actual ou diante da visão histórica, o filósofo positivista colhe uns e abandona os outros sem cuidar de analisar porque motivo deixou no esquecimento a maior porção factológica. A cem anos de distância, um filósofo de formação científica como Whitehead repõe a teoria de Conte e encontra na sua base o sentimento, pois só uma escolha de natureza sentimental determina em verdade a entronização de certos factos. A relação do observador com o facto observado tem presunções inconscientes que escapam evidentemente a pensadores sem psicologia. O inconsciente é o domínio dos complexos, dos recálques, das sementes de vária origem deixadas na infância ou em vida mais profunda, que germinam sem que a consciência se aperceba e irrompem violentemente numa sentimentalidade irracional. Seja qual for o colorido de tal

sentimentalidade, depressa se transformarão numa crença de nível primário: é a crença na importância de certos factos em relação a outros; é a crença de que uns factos são verdadeiros e os outros ilusórios como por exemplo os factos do sentido onírico, premonitório ou transcendente: sonhos, visões místicas, acontecimentos dificilmente explicáveis pela lógica quotidiana; é a crença de que aqueles factos em que se acredita, não são mais do que aquilo que parecem.

Porque tem um fundo de excessiva crença factológica, o positivismo não podia nunca confundir-se com o impulso científico que, esse, na sua pureza, está sempre em condições de assumir a dependência dos factos em relação a causas mais profundas. Criticando o positivismo em nome da ciência, Whitehead vai ao ponto de afirmar que, com o positivismo, não pode haver progresso. «Suponhamos», escreve «que há cem mil anos os nossos antepassados tivessem sido discretos positivistas. Não teriam tratado de procurar razões. Ter-se-iam contentado com simples factos. Teria sido o desenvolvimento da falta de necessidade. Não teriam buscado encontrar razões sob os factos imediatamente observados. A civilização nunca se teria desenvolvida. As nossas diversas faculdades de observação, pormenorizada do mundo teriam permanecido adormecidas». E Whitehead conclui: «A inteira doutrina da vida na natureza sofreu de infecção positivista. Foi-nos dito que não existe mais nada em relação ao mecanismo descrito nas fórmulas físicas e químicas, que não existe mais nada no processo da natureza...».

Utilizámos a crítica de Whitehead, pois se trata, em realidade, não só de um filósofo, mas de um dos mais notáveis matemáticos do nosso tempo — e sabe-se que na *Classificação das Ciências*, a matemática ocupa o primeiro lugar. E não só o primeiro lugar: para Conte, a matemática é como que uma ciência de miúrgica e dela derivam as restantes cinco ciências, por ordem de generalidade decrescente: a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia. E uma concepção do mundo na qual, conforme expressão lapidar, a vida moral se explica pela vida fisiológica, esta pela química, a química pela física e todas juntas pelas matemáticas.

Pois é precisamente um matemático bem mais autorizado do do Conte quem vem denunciar o sofisma lógico: para Whitehead — basta ler «A ciência e o mundo moderno» ou a «Introdução às matemáticas» — é essencial o lugar da matemática no conhecimento. A sua validade, porém, depende da recta apreciação do facto concreto. E o que Whitehead nega aos positivistas. Tal como nos é apresentado na sua teoria, o facto é uma realidade truncada e não serve de base à ciência. O pensador inglês dá-nos o exemplo mais simples que pode imaginar-se. Parece certo que um grupo de quarenta unidades pode subdividir-se em dois grupos de vinte. Portanto, um grupo de quarenta maçãs poderá subdividir-se em dois grupos de maçãs. Sucedeu porém, que, se um dos grupos de maçãs está mal contado, a operação inteira perde o sentido. Aplicando a mesma crítica a fenômenos de complexidade incomparavelmente maior, verificaremos facilmente que um erro de contagem, ou seja, um erro de observação, um erro na experiência dos factos, vicia inexoravelmente, já a matemática no plano médio, já a filo-

sophia no nível superior. Por isso Whitehead fala do positivismo em termos de infecção, de vírus: o positivista é o que conta mal ou, em termos mais genéricos, o que não é capaz de absorver o facto numha experiência autêntica e substancial. Conte abona os positivistas como os homens do terceiro estado, os homens enfim libertos das sombras da teologia e da metafísica, «os filhos da terra que só acreditam nos seus olhos e nas suas mãos». Mas acreditar apenas nos olhos e nas mãos (de novo a noção da crença), isto é, através da percepção externa de um facto sentimentalmente seleccionado, equivale a restringir ao mínimo a capacidade gnosiológica do homem. Eis o que não pode ser aceite pela verdadeira ciência, mesmo quando esta se restringe a uma crítica de cosmos. Com efeito, nem uma concepção de base biológica como a que estruturou Aristóteles, nem uma concepção de base matemática, como a de que Pitágoras foi o iniciador (e culmina em Newton, Einstein, Whitehead) pode radicalizar tanto imperfeita concepção do facto.

3. AS DUAS CIÉNCIAS

No entanto, como o próprio Whitehead o deu a entender, positivismo e ciência estão de tal modo confundidos na mente de muitos pensadores e em ideias gerais, que se diria serem sinónimos. É que, para combater todas as formas de transcendentalização do facto, os positivistas gostam de se reclamar da ciência. Que ciência é esta, no entanto? É uma ciência entendida como experimentação da positividade, ou seja, como ciência à séc. XIX, à Augusto Conte, à Littré — uma ciência que arbitrariamente permanece fiel a uma certa ordem de objectos.

A revolução industrial e o incremento da técnica, tomando a melhor ou pelo menos a mais vasta parte da ciência — uma ciência de fins práticos — delimitaram-na em fronteiras mais ou menos rigorosas e não é difícil demonstrar que tais fronteiras derivam directamente da formação racionalista e positivista dos cientistas. Assim, a ciência desemboca por um lado numa concepção matemática do cosmos, ao modo de Einstein — e por outro lado, numa concepção que tem também o cosmos por objecto, mas é, pode dizer-se, uma simples auxiliar da técnica.

Esta dupla concepção não preenche porém, o afã científico, deixando fora do seu círculo precisamente dois factores essenciais da vida: Deus, ou o seu equivalente filosófico, a transcendência, que admite uma complexidade infinitamente maior nos graus de naturalidade e da transnaturalidade; e o Homem, que escapa ao descarrilamento da matemática e, se pode ser servido ou libertado pela técnica só o será efectivamente quando a técnica se adaptar à medida da sua grandeza real, o que implica uma antropologia prévia. Por outras palavras, a filosofia de base científica radica as suas leis numa observação experiencial da natureza. Estará certo, mas só até certo ponto. Para completar o quadro, deverá agora em primeiro lugar estabelecer a relação de todas as leis ou conhecimentos que queira estatuir, com o homem ou com a transcendência, zonas que imediatamente se dão como diferentes da zona cosmológica, numa observação igualmente experiencial. As ciências naturais, que conheceram um enorme surto no século passado, devem pois acrescentar-se as ciências humanas e as ciências transcendentais.

A abertura destes novos campos científicos, lógicamente implica uma reposição total do campo cosmológico, que se lhes articula em relações de necessidade. As ciências humanas, que constituem aliás a grande aquisição do nosso século, desvelarão pouco a pouco o Homem real e demonstrarão-se a velha

relação científica entre o sujeito e o objecto, entre o observador e o facto, está certa ou deve ser totalmente reconsiderada. As ciências transcendentais ou, na expressão de Jaspers, as ciências que têm como objecto a leitura da cifra implícita em toda a vasta superfície do real, caminharão a partir dos elementos deixados em suspenso pelas ciências humanas e pelas ciências cosmológicas. Só serão válidas enquanto recolherem os dados oferecidos por estas. Mas se, experiential e racionalmente, se reconhecer que o humano não se esgota com o humano e que o cosmológico não se esgota com o cosmológico, então tratar-se-á de procurar, assimilar, experimentar e organizar todos os sinais ou avisos de realidades mais altas ou mais profundas.

Na nossa concepção, não houve até agora uma ciência do transcendente, mas tão só uma fé no transcendente ou uma poética do transcendente à maneira romântica. Nem a poderá haver, enquanto as ciências humanas e cosmológicas não se puserem de acordo e não se aprofundarem na sua especificidade e nas suas relações mútuas. Ignoramos se tal actividade científica será ainda do nosso tempo. Mas ela não poderá nunca ter lugar, se nós, homens modernos, não legarmos à próxima geração aquilo que está ao nosso alcance e constituí a grande lacuna de todo o passado filosófico do ocidente: uma experiência do ser na perspectiva antropológica, uma ciência do homem na sua dimensão do ser cognoscens, em análise de todas as faculdades gnosiológicas do ser humano que — já hoje o sabemos — excede largamente os antigos conceitos de razão e crença, ideia e realidade, lei e facto.

Porque a ciência não admite apenas o módulo antignostiológico da positividade, tentaremos apresentar, na síntese que nos é possível, os módulos gnosiológicos que poderão fundamentar um outro, mas mais largo, um menos restritivo conceito científico. Sob tal ponto de vista a ciência identifica-se finalmente com a filosofia e deixa de ter sentido uma distinção que se processou em tempo de crise. É, afinal o conceito já explicitado por Sampaio Bruno, mas nem sempre compreendido no seu simbolismo: «Para se crer em Deus, é preciso que Deus seja mais do que uma necessidade social e uma solicitação de consciência. É preciso que Deus seja uma proposição irrefutável, uma noção científica».

Como se constroi, porém, uma proposição irrefutável, uma noção científica? Sobre a experiência, a razão constrói a teoria. Se, no caso da experiência do facto, conforme Whitehead o mostrou, a solução sujeito-objecto é muito mais complexa do que à primeira vista poderia parecer — a complexidade aumenta extraordinariamente quando a experiência é mais subtil, mais profunda, mais espiritual. Para realizar com garantia a experiência do transcendente que radique uma teoria válida do mesmo transcendente, o homem deverá conhecer-se primeiro a si mesmo como instrumento gnosiológico. «Conhece-te a ti mesmo é mais uma vez a chave. Já apresentámos — ou tentámos apresentar — as ilusões de um conhecimento apenas baseado na autognose racional ou factológica. Ainda dentro da estrutura individualizada do ser humano, analisaremos em seguida, sempre apoiados nos desenvolvimentos recentes de uma filosofia moderna em transe de existencialidade e de concreto, três faculdades humanas cognitivas, três formas de relação entre o sujeito e o objecto, entre o homem e a natureza ou a sobre-natureza, que a filosofia clássica, até Hegel, ignorou ou desprezou, ou então — como no caso romântico — mal conheceu e mal usou: o sentimento, a intuição e a imaginação.

CONSERVAÇÃO E PROGRESSÃO DA ESPÉCIE HUMANA

57

Folha independente de cultura

Ano IV — N.º 9 — Setembro de 1900

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sotomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

Agustina Bessa-Luis
Ana Hatherly
António Brás Teixeira
António Macedo
Aznhal Abelha
Bernardo Santareno
Carlos Eugénio
Luís Carlos Espírito Santo

LEIA

Pág.
Os limites da ciência
Progressão da Espécie Humana
Reverno Negro dum Africano
Carta do Porto
Meridiano do Chiado
A beleza e o Caos
Querubim Lapa - pintor
O labirinto barrocrático - III
Critica
Educação feminina e educação feminista

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua do Arco do Carvalhão, 197, 2.º-E.
LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA
(Continente)

Séries de 3 números	1500
Séries de 6 números	3000
Séries de 12 números	6000

(Ultramar e Estrangeiro)

Mais 10% sobre os preços indicados

*57.º é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 10-A (Alvalade) — Tel. 76 01 18-9 — Lisboa.

*57.º é distribuído por Gonçalo W. Vasconcelos, Avenida António Augusto de Aguiar, 126, 4.º — Lisboa.

(Excerto do Livro *Grosse Männer*, «Os Homens Superiores», por W. Ostwald, Professor da Universidade de Leipzig).

O presente número tem 12 páginas

PREÇO 6000

57

Pág. 3

Já por diversas vezes tivemos ocasião de discutir a influência das mulheres sobre os cientistas, e de expor as condições gerais em que, segundo os factos até agora observados, tal influência se exerce favoravelmente. A influência da mulher, fora do casamento, no pensamento e no trabalho dos grandes sábios, é quase nula, se o compararmos com a influência sobre os artistas. Naturalmente que não é possível prescrever tão profundamente na vida privada destes homens, até ao ponto de fixar assim a influência geral do potencial vital. Não há grandes romances passionais na vida dos sábios, ao passo que eles são muito frequentes na vida dos artistas, de tal modo que até os respectivos pormenores são conhecidos de toda a gente; que é certamente uma prova negativa de que as mulheres, — exceptuando as esposas, as irmãs e as filhas — não representam perante os sábios qualquer papel de aspecto dramático.

A razão é fácil de encontrar. As artes despertam por sugestão ou associação sentimentos agradáveis; por conseguinte, os únicos homens capazes de possuírem e cultivarem tais sentimentos são os artistas; esses sentimentos são intensos e vários, principalmente em assuntos de amor; por isso os artistas procuram consciente ou inconscientemente tudo quanto com o amor se relaciona. Pelo contrário, o maior perigo que ameaça alterar o trabalho do sábio provém dos sentimentos; porque eles actuam falseando o juízo objectivo. Quando os sentimentos não podem ser deixados completamente de lado, o sábio deve para boa organização da sua vida, discutir os rectilíneos e evitar todas as preocupações extraordinárias que eles possam trazer. Os sábios são, na maioria dos casos, esposos muito regulares e seguros; oferecem apenas este inconveniente: as suas mulheres devem, uma vez por todas, resignar-se e estarem em segundo lugar na vida dos seus maridos, e a ficarem por vezes completamente esquecidas quando a ciência o exigir. Mas como a ciência é uma amada incorpórea, e não uma concubina concreta em carne e osso, as mulheres inteligentes não costumam alegar ciúmes, e votam aos seus maridos uma espécie de dedicação maternal, que lhes está perfeitamente a caráter.

Qual pode ser a participação directa das mulheres nos trabalhos dos pioneiros científicos? Pode-se responder brevemente do modo seguinte: tal participação até agora nunca existiu, e é de prever não existirá ainda no próximo futuro. É vulgar dizer-se, do lado feminista, que as pessoas instruídas de ideias de progresso, relacionam este facto com a opressão sistemática dos homens sobre as mulheres, mas tal opinião não está devidamente fundamentada. Houve sempre algumas mulheres,

entre as dotadas de aptidões mais masculinas, que se ocuparam da ciência, até com algum êxito; não conheço provas de que hajam encontrado oposição séria na obtenção dos auxílios científicos que poderiam desejá-la; porque o caminho que conduz à ciência não passa exclusivamente pelas portas da Universidade ou de qualquer outra escola superior, portas aliás abertas às mulheres há mais de um quarto de século; a aprendizagem do autodidacta mediante livros bem escolhidos é incomparavelmente mais fecunda e mais variada do que o antiquado processo de escutar preleções e seguir cursos. Vimos nas biografias dos homens superiores que todos eles aproveitaram o meio da leitura intensiva, e que nas bibliotecas encontraram todos os conhecimentos preparatórios que lhes foram indispensáveis.

Nunca houve impedimento sério ao acesso da mulher à ciência; a possibilidade de as mulheres estudarem nas Universidades existe há mais de uma geração; mas, apesar disso, entre os sábios de primeira ordem não figura uma só mulher. Alguém lembrará o nome de M. Curie; mas ainda não estamos a tempo de formular sobre esse caso um juízo definitivo. Algumas mulheres que se distinguiram por ter colaborado no trabalho científico, não chegaram sequer a ser figura de segunda grandeza; dedicavam-se a um mestre, e fizeram o possível por trabalhar segundo o método ensinado por ele. Os homens de ciência realizaram os seus trabalhos mais notáveis por volta dos trinta anos de idade, mas na mulher o crescimento fisiológico e psicológico cessa mais cedo do que nos homens. A argumentar-se com as circunstâncias exteriores, desfavoráveis ao sexo feminino, deveria então esperar-se das mulheres, que começaram a estudar nestes últimos vinte anos, produções verdadeiramente notáveis. Sim, porque as primeiras a entrar nesse caminho pouco usual, haveriam de ser certamente as que se manifestaram dotadas de maior número de aptidões e de maior força de vontade. Tal não aconteceu, porém. Do ponto de vista objectivo temos de concluir, pois, que as mulheres da nossa época, qualquer que seja a sua nacionalidade ou a sua raça, não estão destinadas para grandes trabalhos científicos. Existe, deste ponto de vista entre a organização das mulheres e a dos homens uma diferença muito considerável, a qual explica que as variações naturais em torno de um valor médio não permitam a produção de um gênio científico criador no sexo feminino.

Quero-me parecer que tudo isto é perfeitamente comprehensível na presença dos dados biológicos, e que será vã toda a tentativa de interpretar por outros meios esta verdade. A missão de assegurar a conser-

vação da espécie humana é muito alta, muito importante, e muito séria para o sexo ao qual foi distribuída a função mais considerável; difficilmente poderá ela contribuir também para a outra missão, que é de fazer progredir a humanidade na via da civilização. Isto compete ao sexo masculino. O trabalho científico é o aspecto mais adiantado desta missão; só uma parcela mínima da humanidade masculina se lhe adapta até agora, e não devemos esperar adaptação igual do sexo feminino. Se reflectirmos nos inconvenientes fisiológicos que a dedicação aos trabalhos científicos introduz até nos homens que parecem mais qualificados para tal, concluiremos que é nosso dever, tanto no interesse da conservação da espécie humana como no do seu aperfeiçoamento, formular um ardente voto: — o de que possam ser as mulheres as primeiras a reconhecer praticamente que, tendo em conta a direcção acima indicada quanto às funções dos dois sexos, obterão muito melhores resultados com a mínima dissipação de energia. Reconhecendo isso, ser-lhe-á possível viver uma vida muito mais feliz.

Há antropólogos e sociólogos que, ao considerarem um estádio muito precoce do desenvolvimento da humanidade, prevêem uma nova era com o predominio da mulher, e medem o grau de cultura dos diferentes povos e Estados pelos progressos já realizados nesse caminho. Sabe-se que a Nova-Zelândia e a Austrália, colônias inglesas que foram a pouco e pouco deixando cair os últimos laços com a Metrópole, estão muito adiantadas a esse respeito, visto que nesses países as mulheres gozam de todos os direitos políticos iguais aos dos homens. Excelente exemplo para observar. Tais povos nada, ou quase nada, contribuíram, no que diz respeito a ciências e a artes, para o património internacional da humanidade. Não produziram sábios, nem cientistas, nem poetas, nem pintores, nem músicos de renome universal. Comparativamente, estas colônias mais avançadas não produziram melhores frutos do que as colônias mais atrasadas, ou seja, do que aquelas que não beneficiaram ainda da emancipação política e social da mulher. É que de tais medidas legislativas não resulta proveito nenhum para o trabalho mais importante da humanidade, que é também o mais difícil trabalho: a investigação científica.

Considerai os imensos progressos que a Alemanha tem efectuado, há cerca de um século, no domínio científico, progressos que a elevaram à direcção superior da cultura europeia, comparai a situação estacionária e atrasada da condição política da mulher, de que principalmente nos acusam os Americanos, e sereis obrigados a concluir, pelo contrário,

REVERSO NEGRO DUMA ÁFRICA BRANCA

Por

CARLOS EUGÉNIO

Existe, presentemente no Mundo, uma certa construção política, dirigida no sentido do Continente Africano, de que vem resultando uma extrema complexidade para as nações que há séculos se empenham na essencial civilização dos territórios que eram tidos como subdesenvolvidos e, até mesmo, desconhecidos.

Não resta dúvida que nasceu a força de aceitação de estarmos na presença duma África em fermentação, com tendências para um auto-determinismo regional, de fenomenologia idêntica ao que se passou na Índia e nas Filipinas.

E na sucessão do poder político dos Europeus, para Africanos — estabeleceu-se uma série de fórmulas governativas, embora e tentadoras, para quem não crê que só na hegemonia do bloco patrio, existe o ideal e a força e temos em não crer aprender a lição dos factos.

Para uns chegou a hora de se conceder a inteira autonomia aos povos africanos, sob governos indígenas, completamente independentes das civilizações de que estavam dependentes (tese Russa).

Outros defendem o mesmo princípio de auto-governação, mas ligado ao vínculo espiritual e financeiro, da comunidade do país colonizador (tese Britânica — Commonwealth — tese Francesa — Union Française).

Certos desejam uma sobrevivência do mando dos povos civilizadores e ocupantes, numa gradual independência político-económica, do sistema europeu originário (tese África do Sul — Dr. Malan).

Há os que reconhecem a necessidade duma revisão progressiva dos processos de cultura e administração, para as Áfricas que, por direito histórico lhes pertencem, mas sempre no princípio espiritual e geográfico, duma adesão, por assimilação, cada vez mais intensa, à Metrópole que educou e fomentou, como partes integrantes e necessárias, do solo patrio (tese Ibérica).

Finalmente, os Americanos, têm considerado, a exemplo da Libéria, que a África se deve democratizar e, assim, governar segundo a vontade dos seus nativos, pelo que a considera um «Continente em transição» (Contemporary Africa in Continent in Transition — by T. Walter Wallbank).

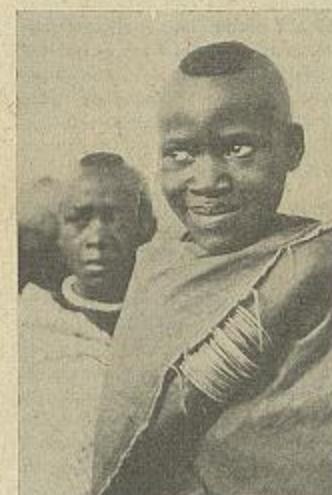
Há uma questão de mercados a considerar em face duma super-industrialização, o caminho inverso das «espécierias», o que levou ao espirituoso dito dum crítico francês que os Americanos julgam ter recebido «a missão divina de espalhar a Coca-cola pelo Mundo». Martin du Gard, diz-nos mesmo, nos seus «Regards sur le Monde Africain», que a ingenuidade Americana imagina que os Africanos desejam libertar-se da tutela francesa, para se voltarem para os Estados Unidos, esquecendo o papel maquiavélico que está reservado à Rússia.

Porém, na verdade, para resolver uma tese sobre independência territorial, de natureza aparentemente pacífica, é preciso determinar a problemática histórica que a condiciona, o sentido da evolução social das raças aborígenes, a essência da Constituição Política, do país Civilizador a noção do factor humano, de cultura e assimilação, demonstrado na sequência evolutiva do território em causa.

Assim, parece-nos, que para as teses expostas, respeitantes às independências Africanas — havidas e a estabelecer — nos seus idealismos particulares, há que entrar em linha de conta, com o sentido das premissas histórico-culturais estabelecidas, situações, diversidade de métodos e experiências, nas relações com os povos de cor e com a terra.

Já se vê que para os parlamentares autóctones — cegos à ancestralidade civilizadora — apenas existe a solução extrema dum «Colégio eleitoral», único, para todos os Africanos, em claro favoritismo para os países superindustrializados, que outra coisa não querem do que a criação de mercados, acobertos do manto humanitário da fantasia.

O acontecimento mais recente e retumbante desta evolução histórica, foi, sem dúvida, a independência total concedida ao Congo Belga, no pas-



BANTUS — HABITANTES DO CONGO

sado dia 30 de Junho, com a digna presença do Rei Balduíno.

Observadores políticos das esquerdas, na interpretação futura do facto, consideram — a par do Advento da República da China Vermelha — este acontecimento, como um dos mais valiosos da última metade do nosso século.

Vejamos o caso. Era, em princípio, a fórmula típica da tese Inglesa e Francesa. O Congo ficaria ligado à Bélgica, por raízes culturais, técnicas e financeiras. Assim, o reafirmaram nos seus discursos e campanhas, o Chefe do Estado Kasavubu, o Chefe do Governo, Patrício Lumumba, ambos cristãos convictos, o chefe Bulikango, do partido Puna e, até, Moisés Tchombé, chefe do partido Konsakat, de Catanga e o próprio Bombozo, ministro dos Negócios Estrangeiros — o mais culto e católico, desta 1.ª República — que continuaram fiéis à cultura da Bélgica e que esta seria — na expressão do próprio Rei — conselheira, fornecedora de Técnicos e de Administradores, que os Congolese viessem a necessitar.

Mas recordemos, resumidamente, a formação deste território que foi Belga.

Em 12 de Dezembro de 1889 morre no Castelo de Laeken, Leopoldo II — criador do Congo, sem que o povo e a plutocracia da época, aceitassem e compreendessem, a grandeza dum tal feito — imenso, magnífico, que cessa com uma indústria mineira das mais valiosas do Mundo e com 27.000 escolas e duas importantes Universidades.

Foi todo um processo de colonização empírica — fria e comercial.

Ainda, quando príncipe, Leopoldo II, visitou o Oriente e trouxe consigo o sonho das terras longínquas, presenteando, até, o ministro M. Frère-Orban, com uma pedra da Acrópole, onde gravou a seguinte inscrição: «A Bélgica tem necessidade dum Colónia».

Lograda a tentativa duma concessão, por parte da Espanha, nas Filipinas — voltou-se para as grandes superfícies desconhecidas, onde se dizia «hic sunt leones», lançando-se na grande empresa do Zaire, em cujas aberturas, Diogo Cão, já se estabeleceu três séculos antes.

Atraído pelas explorações de Livingston e pelos estudos de Stanley, publicados em «New York Herald» e os realizados pelos alemães Rohrs, Nachtigal e Schweinfurth, não deixou de pensar em África, organizando, com meticuloso cuidado e reserva, uma importante expedição ao Congo, que havia de dar origem ao famoso «Congresso de Bruxelas», em 1876. Reunido de 12 a 19 de Setembro, com a presença de delegados da Inglaterra, França, Itália e Alemanha, o Congresso deliberou, para fins civilizadores e humanitários, criar o estado «neutro», do Congo, dar-lhe uma bandeira, azul com uma cruz dourada, e nomear seu representante em Bruxelas, o próprio Rei Leopoldo II. Foi, assim, o início do Congo Belga, que se tornou colónia efectiva da Bélgica, em 15 de Novembro de 1908, ao qual se juntou, depois da Guerra, por mandato da Sociedade das Nações, a região Ruanda-Orundi, da antigo Este Africano Alemão.

Ficou, assim, englobando cerca de 2.500 km², com a população de 80.000 europeus e 25.000.000 africanos.

Não são necessárias, pois, grandes acrobacias dialéticas, para concluir que a gênese de uma tal formação Colonial, foi completamente diversa, do imperativo histórico que nos conduziu à criação do nosso Império — obra gigantesca de estudo, audácia, sangue e espírito.

Foi, pois, diferentemente, que arquitetámos uma Pátria Maior — de populações brancas e de cor — culta e humana, espalhada por Mundos, sem hesitações nem incoerências, cimentada no mesmo ideal de cooperação de Metropolitanos e Naturais, a desfiar os séculos.

Não construímos, nem fundâmos com designios de pele. Não tivemos comboios, autocarros, missões, restaurantes, escolas, cinemas, hospitais quartéis — sólamente para gentes de cultura da Bélgica e que esta seria — na expressão do próprio Rei — conselheira, fornecedora de Técnicos e de Administradores, que os Congolese viessem a necessitar.

Para o português a palavra «negro» nunca existiu no sentido figurado. Não temos «negros» em África. Temos sim Portugueses-Africanos. Respeitamos, no limite possível, o sis-

(Continua na pág. 5)



Férias na Suíça, férias variadas!

As planícies verdejantes e floridas da Suíça com as suas agradáveis cidades, as pitorescas vilas e aldeias, os seus lagos azuis, encrustados no meio de bosques e prados, proporcionam-lhe o quadro ideal para repousar e para se distrair.

Graças ao seu equipamento turístico modelar, a Suíça oferece-lhe sempre o melhor a preços vantajosos: magníficos meios de transporte — comunicações rápidas e frequentes — bilhetes económicos para viagens de férias — bons hotéis e pensões dentro de todas as categorias.

Peça informações ao Centro Nacional Suíço do Turismo
Av. da Liberdade, 158-A — LISBOA
ou à sua Agência de Viagens.

Quem aprecia boas férias, aprecia a

SUÍÇA

UNIVERSIDADE DE BALE

Bale, «Porta de Ouro da Suíça», está situada no extremo noroeste do país, nas duas margens do Reno, no sítio em que o rio, vindo do oriente, volta bruscamente para o Norte. As antigas e bonitas casas do centro da cidade são dominadas pelas duas torres da magnífica catedral, símbolo da região. Com os seus 225.000 habitantes, Bale ocupa o segundo lugar entre as grandes cidades da Suíça.

Centro de cultura, é também um centro de indústria e comércio, sendo a sede das fábricas de produtos químicos e farmacêuticos que o mundo inteiro conhece.

A Universidade de Bale é de longe a mais antiga da Suíça, tendo festejado no passado mês de Junho o seu quinto centenário. Foi fundada pelo Papa Pio II (Aeneas Sylvius Piccolomini) pouco depois do concílio efectuado na mesma cidade, e abriu as suas portas a 4 de Abril de 1460 num modesto edifício da margem esquerda do Reno, que continuou a sua função até 1939, isto é, durante 479 anos. Um novo edifício, adaptado às exigências modernas, eleva-se agora na Petersplatz.

A história da Universidade está recheada das mais diversas peripécias e atravessou durante todo este tempo, períodos de apogeu e decadência. As melhores épocas ficaram marcadas pelos nomes de sábios de reputação mundial, como Oecolampade, Grynaeus, de Wette, Amerbach, A. Heusler, Platter, Vesal, Buzztorf, Bauhin, Paracelso, Zwingier, Miescher, His, Socin, Bernoulli, Schönbein, Nietzsche, Jacob Burckhardt, entre outros.

Em contrapartida, certos acontecimentos como a Reforma, as perturbadoras políticas das guerras de Borgonha, a Revolução Francesa, e em várias ocasiões graves epidemias, ensombraram a Universidade. No entanto, considerando-a como o seu centro cultural e espiritual por exceléncia, a população de Bale procurou generosamente vencer as dificuldades, mantendo o organismo vivo, apesar de tantas vicissitudes. A Universidade está hoje em pleno florescimento; admiravelmente apetrechada sob todos os pontos de vista, o seu futuro está inscrito nas génesis disposições da nova lei de 1937.

A Universidade de Bale comprehende cinco Faculdades: Teologia, Direito, Medicina, Filosofia e Ciências Naturais. Tem 51 disciplinas e o ensino é ministrado por 216 professores; há alguns cursos em francês e italiano. A frequência da Universidade atinge aproximadamente os 2.300 estudantes.

A Biblioteca existe, pode dizer-se, desde a criação da Universidade e é formada de cerca de um milhão de volumes, brochuras, jornais e preciosos manuscritos. Entre as instalações dedicadas aos estudantes, mencionemos: as salas de leitura (com refeitório), a sede das diferentes sociedades de estudantes, o centro académico dos desportos, todos instalados no novo edifício da Petersplatz.

(Continuado da pág. 4)

tema natural dos povos. Não fomos racistas. Mais religiosos do que políticos. E desta maneira a nossa perspectiva histórica Ultramarina adquiriu a força dum axioma, baseado em elementos étnicos diferentes, mas caminhando para o mesmo de língua, literatura, tradição, hábitos, religião e consciência cívica. Ultrapassámos, assim, os acanhados horizontes do sentido prejurídico de «Colónia» cruzando da raça para a história, de cultura para a comunidade de ideias, trabalho e sentimentos. Fomos os pioneiros, em realidades históricas, das teorias universalistas das raças espirituais, para que tende a filosofia humanística dos nossos dias.

Analisando os princípios das independências que se estão operando — sentimos que tais manobras não deixam de ser inquietantes, mas estão fora do nosso conceito nacional de Unidade, e, portanto, excluídas dos domínios da nossa História.

Certo dia — quando em 44 as esquadras aliadas actuavam no Canal de Moçambique e eu viajava pela costa, junto de Porto-Amélia — um soldado maconde perguntou-me: «E verdade que habitais cidades no fundo do mar e que vindes para tornar a África branca?» Enterneceu-me este entrelaçar de lenda no espírito aventureiro da nossa epopeia, mas, confessou: esta frase da África branca — fez-me pensar.

A verdade é que os Portugueses nunca desejaram criar uma África branca — mas uma África Portuguesa. Jamais, por experiência, de navegações e regressos, acreditámos em raças com valor de cor ou de geografias — mas sim em civilizações.

E ainda bem, pois o principal erro a que assistimos na África Moderna, é, no fundo, o desengano, com nitido abandono, dos que talvez tivessem sonhado em transbordantes filões materiais, numa África não cooperada, mas dominada pela raça branca e — quantas vezes com pronúnio de ódio — assistindo ao reverso negro duma África branca — certamente de evolução interessante, mas desastrosa, para o Mundo Europeu.

Velhas lutas tribais, hierarquias nas armas e nos poderes, influências políticas estrangeiras, luta de mercados, O.N.U. e O.T.A.N. — um verdadeiro batuque de guerra — desconexo e distante.

A independência da Togolandia, Ghana (Costa do Ouro), Camarões, Somália — terras sob o mandato das Nações Unidas — nada nos dizem, também, respeito. A da Guiné Francesa — a célebre terra do herói Sambe, Madagascar, Senegal (Costa do Marfim), Gabão (República equatorial), Chade e Congo Francês — são, ainda, factos alheios à nossa História.

As já previstas independências da Nigéria, Quénia dos Mau-Mau e Tanganica — indicam-nos, talvez, a nobre convicção de que fomos os primeiros a chegar à África, mas não os últimos a sair — mas sim a ficar — porque a nossa presença é semelhante à que temos na Europa — sagrada e eterna.

Evidente que vamos sentir o peso enorme da nossa coragem, mas Portugal tem consciência dos valores que ardentes edificou, para exigir dos povos, que lhe seja reconhecido o direito e a liberdade de agir, mesmo em posições avançadas, para a defesa e segurança do princípio Histórico territorial de que não abdica e da essência da sua civilização comum — verdadeiros e únicos sacraissimos interesses, dos Portugueses do Mundo, nesta época de caos e malquerença. O resto não é connosco. Pertence a Deus.

CARLOS EUGENIO

A SÁTIRA DAS PRIMEIRAS FILAS

Por

AGUSTINA BESSA-LUÍS

Estou a lembrar-me daquela conferência. Era uma noite como a de hoje, doce e chuvosa, com os livros clarões do néon sobre as ruas e o ar agradável e triste do Porto às nove horas. Não sei como apareci lá. Ao cimo daquela escada que parecia uma calha de elevador, havia figuras em gesso bronzeado — da Abundância, ou da Dança, ou mesmo do Comércio. Nunca se sabe o que essas mulherzinhas de líricos membros à Carpeaux querem significar. Um vez usam uma cornucópia, outras uma harpa; mas são sempre as mesmas, com o dourado dos seus braços curvos e aquele cansativo sorriso de conferencistas. Se estivessem vestidas com mais decência e usassem pelo menos um guarda-chuva e um relógio de pulso, poderíamos supor que acabávamos de subir setenta e dois degraus para ouvir os seus lábios algum estimulante exordio sobre a paz ou sobre o amor. Mas não. Contentam-se elas em dominar sobre a balaustrada do átrio, como pequenos génios da voluptuosidade auditiva. Sobre a gaze morta dos seus vestidos passou o canto italiano dum prendida senhora coberta de pequenos laços verdes; e passou o trinado dum violino de alma asmática, e as toadas das recitais febris que uma rapariga de cabelos avermelhados parece extraídas de modestas banholinas. Ali estão as ninfas, com a sua nudez quase assexuada, arrebatadas por uma brisa onde paira o leve odor de carne frita e de sobretudos empapados de água. Porque chove. Ouviu-se o rapar dos pés no tapete da entrada e o chiado do guarda-vento, com aquele queixume das madeiras molhadas. O público vai subindo, escuro, vergado à sua luta entre o parecer e o ser, tão heideggeriana, com um quê de trágico e punido. Não há como uma boa turba de portuenses exprimir essa inibição quase dolorosa, esse conflito entre a conveniência e a verdade, entre as mil pequenas culturas dumha espécie que, no fundo da sua natureza, está a tentar respirar. Mas tratando-se dum público como o que ocorre a esta conferência, o senómeno torna-se mais flagrante e mais dinâmico. É gente nova quase toda, dita das Artes, e que se preocupa extraordinariamente com a moldagem da sua personalidade e que mantém, apesar dos seus anoraks com botões de madeira e das suas camisas pretas, a mesma intuição do liberalismo de 1820 e até a mesma neurastenia dos iberos a que Estrabão havia de chamar barbárie. Julgar-se-lam insultados se diante deles se criticasse Sartre. E Picasso é para eles uma espécie de espadachim da pintura, o paladino da frustração e o campeão dos zeladores da boa vontade. Não o castelão de Vauvenargues, génio do temperamento que sacode bruscamente o capote da inteligência para ficar seminu, rupestre e alegre, com um espírito de fauno, com a graça até da banalidade. Mas isto é uma história que não pertence já ao assunto da conferência.

A sala é quadrada, uma sala de espectáculos com o seu palco vitoriano e colunas aos lados dos reposteiros dum cor de canela penetrada de colónias de caruncho. O sofrido range, as três primeiras filas estão vazias. Conservam-se assim durante todo o tempo, com alguns convites dispersos pelas cadeiras e um ar de estranheza molesta nos

barrotes dos espaldares onde se eriçam puas de madeira. Há vasos de plantas na linha das gambiaras, e a mesa do conferencista, mesa de ministro com torneados pés de ébano fingido, está ao lado do palco, com uma jarra de chá frio em cima. Um poeta passa os olhos travessos pela cena, murmura com um descaro fútil: «Meu Deus, que gente tão mal vestida!» E aquilo, no tom sucedido e vexado em que foi proferido, parece de facto algo de assustador e impossível de ignorar. As madeixas dos letreados, a sua marrata triste sobre a testa com um jeito de anel que se curva anárquico depois da passagem sombria do pente, as gabardinas com o pega-joso sulco das golas, as mãos avermelhadas pelo frio, e aquelas senhoras com a volumosa figura em que se suspeita a corpulência dos seus tricots sob os casacos cuspinhados pela chuva, esses casacos que dão às mulheres o aspecto de grandes toupeiras cheias de vento e entre cuja carne se soprou para fazer levantar a pele e para se esfolarem melhor. É ignobil. Oh, tudo isso arranca do poeta um suspiro de espanto. Ele oculta-se no arco que separa o foyer da sala de espectáculos, e guarda um silêncio prevariado e levemente inímisto. Mas o conferencista aparece. Se ele tivesse surgido do meio dumha sarça ardente, não causaria tão desvanecedora sensação: há no público um movimento de simpatia, feito de familiaridade e dessa boa disposição que dá o encontro com uma notoriedade com quem privamos de perto, fora do seu mestre oficial. É um homem alto, espesso, de rosto largo e de aspecto tão vigoroso e saudável que convida ao agorão. Pensamos imediatamente numa apoplexia, diante dessas faces coradas e desse porte robusto e vulgar; possuí a compleição genuína do mestre sertanejo que esboroa amplamente os seus alunos e recebe, num velho cesto, uma rosca de pão e dois frangos românicos. Os seus grossos sapatos estão salpicados de lama; ele fala com uma solenidade quase impertinente, e pouca no auditório o seu olhar que inspira uma espécie de terror. É destes homens que, apenas sobem para cima dum caixote vazio, estendem em torno como que um binóculo de campanha e parecem inspecionar os mares com os seus navios piratas, as suas flâmulas suspeitas, as suas nuvens cabalísticas. Está ali, na sua gávea, lançando-nos as suas ordens cada vez mais imperiosas, e, sob o seu olhar, estremecemos como se vissemos dançar os corpos dos amotinados sobre os varridos e lustrosos tombadilhos. E — coisa extraordinária! — o conferencista fala de poesia. Faz um ramo de versos que esfolha cadenciadamente sobre a transida assistência. Algumas pétaulas caem-me nos ombros, na cabeça: não me atrevo a mexer-me para as sacudir. Então a solenidade cresce, desenvolve-se como uma planta dos trópicos, faz explodir os seus frutos, marinhar pela terra as suas raízes como tenazes negras e fibro-

sas. Agora o conferencista fala dum poeta morto e exige que ouçamos de pé os seus versos. É, julga ele, uma altitude distinta. Ele próprio expulsa o público das cadeiras com um gesto cortante; exige que chorremos, que violemos o túmulo do esquecido cantor e que depositemos os seus restos entre nós, com uma gravidade obscena, com um sentimentalismo de velhas astiladas. Sinto um vômito, uma cólera que gela o meu coração: toda a gente está de pé e ouve os versos, com essa compostura timorata que é própria das multidões isoladas da sua individualidade. As lágrimas estão prestes a rebentar dos meus olhos; chorarei, sim, por esse rebanho que imita tão vorazmente a piedade, como se, experimentando indiferença ou o desprezo, não pudesse ser inscrito na grande pauta da civilização. Chorarei, não pelo poeta morto — oh! que os teus versos se alimentem no túmulo e que nos tragam a tua dor intacta! Os poetas não devem ser chorados na morte, mas banidos da morte, e, assim, não é a cabeça baixa e a nudez macabra que honram os poetas. A apariência é o que os ultraiza, senhores! O conferencista, com a sua saudável aptidão corsária, com a sua pele fresca e o ar contrito e saciado dum inquisidor, continua a recitar o poema. Bebe um gole de chá e fica, empunhando o copo, seguindo na circunspeção já distraída do seu arroubo fúnebre. Ouve-se a si próprio, as palavras dentais surgem com uma sonoridade exaltada e recolhem imediatamente à larga orelha rubra; gesticula com o copo e, de repente, pousa-o, ao apercerber-se da atitude familiar e tola. Para um homem que prezava acima de tudo as atitudes distintas, aquilo é um acidente. Parece ter feito um brinde, e a noção desse deslize, desse equívoco, faz com que estende pelo auditório o seu terrível olhar de mestre, que escolhe a vítima, que se relaz súdicamente, sobre o temor dos miseráveis, do seu momentâneo fracasso. Mas há uma pequena vantagem do lado do público — ele não esperava ver chá naquela jarra branca, mas água simples. Isto desenvolve o clima do ilógico, compreendendo que a invulnerável presença do conferencista está ameaçada. E subitamente eu notei o movimento nas fileiras, menos do que um pensamento, um grito que sobe do mais fundo do ser, um sopro que se comunica num espaço mais breve que o dum átomo. Era o riso. O público libertou-se daquela enfática situação, estremeceu imperceptivelmente sob o impulso dumha imensa e franca gargalhada. Ninguém esboçou um sorriso, ninguém pareceu capaz de desenhar na face um rictus de ironia, nem de fazer sair do peito um silvo de hilaridade. Mas o riso estava lá. A velha amiga do poeta, com o seu rosto flácido, dumha brancura onde se percebia o arrepiado dumha penugem loira, mantinha uma seriedade amarga, logo atrás das filas vazias. Ninguém como ela fôra próxima do poeta,

morto e acompanhara os seus aze-dumes, e lera as suas páginas com a maior das piedades, que é escavar nelas, pacientemente, o filão da admiração. Porém, um tremor subtil do seu lábio e o rápido relancear do seu olhar alarmado, confessavam o riso. Durante um segundo espesso e profundo e em que se ouvia a bátega de água batendo obliqua nas janelas, houve uma espécie de pânico, de delírio, de deposição da gravidade e entrega total da apariência. Ali estava a rapariga de dedos queimados pelo tabaco e que transpira a indole levemente canalha e taciturna dumha ambiciosa; e aquele jovem — profissional da juventude simplesmente —, com os setas punhos ossudos manifestava a boa vocação de operário e o gosto pelos feriados, pelos amores físicos, pelos jogos. Certos narizes humanizavam-se e ganhavam um explendor paternal; transbordavam das almas as próximas heranças, as preocupações que tinham ficado penduradas à porta, com os guarda-chuvas. Ninguém era mais o corte da sua gabardine, nem o tímido verso de Neruda, nem a profilaxia da metafísica. O riso fazia nascer pequenas bolhas na alma, como as ampolas à superfície dum vaso de pez; formavam-se lentamente sob a pressão submersa, voltavam a unir-se à pastosa massa e a elevar-se mais longe como redondas cabeças oxidadas. O conferencista, na gávea do palco, atrás da negra mesa ministerial, estendia em vão pelos mares o seu olho de filibusteiro. As cadeiras vazias, com os talhos rasgados dos seus espaldares, pareciam ir continuar pela noite adiante a sua sátira silenciosa.

Estou a lembrar-me daquela conferência e — palavrão — ela foi a coisa mais estúpida que vi na minha vida. Houve pessoas que perderam os eléctricos e caminharam durante metros debaixo dum aguaceiro, depois de ver o ramo de poemas desfolhados sobre as nossas cabeças, um por um. Era uma dessas noites de inverno do Porto, com charcos nos passeios onde se refletiam as luzes das sapatarias. Os canteiros da Avenida tinham plantados crisântemos amarelos que gojavam como finíssimas tubas. Os vidros dos cafés, embaciados, pareciam azuis e, atrás deles, movia-se a multidão agasalhada e conversadora. Uma gente excelente, cheia de prediletos, e que ouve com a melhor das simpatias os conferencistas e lhes paga honradamente as tortadas. Mas quê?! As vezes, do mais sinistro da sua força, do lado avesso da sua sensatez, estremece o riso — ele é como uma vaga solta e despenteada, como uma grande palma de água que se estende na areia, e limpa, e varre, e purifica. Parece que estão a aplaudir as criaturas acrobáticas e palpitan tes, ou que estão a velar resolutamente os mortos, que estão a chorar vinagre e azeite — e estão-se a rir. Bonitas perspectivas para o progresso e as literais ideias do homem massificado! Quando me lembro daquela conferência, digo para mim que a obscura reacção do público, quase nada, quase só um filtrado gesto de contradição que voou juntamente com as pétalas desfolhadas dos medíocres versos, eu digo que aquilo foi formidável. E vocês?

MERIDIANO DO CHIADO

Por

AZINHAL ABELHO

Os painéis de S. Vicente de Fora e a personalidade literária de Fernando Pessoa são os dois grandes casos literários do nosso tempo.

Acontece em Fernando Pessoa um desdobramento de facetas que acerta com todos os matizes literários. Poeta-profilo, messianico, anarquista, desvairado, racialista, épico... Por cada ensaio publicado surge um Fernando Pessoa mais verdadeiro. Casais Monteiro, Nemésio, Simões, Carlos Queirós, Agostinho da Silva, Augusto Ferreira Gomes, António Boto... Todos têm uma revelação a fazer, um ângulo a mostrar.

Com o assunto dos painéis de S. Vicente de Fora...

Cada investigador, cada erudito, cada ensaista, tem uma chave para abrir a porta que dá para o segredo do políptico célebre. Depois de Joaquim de Vasconcelos, José de Figueiredo, Reinaldo, João Couto, Reis Santos, Belard da Fonseca, Adriano Gusmão e tantos. O afã dos eruditos e investigadores só esmorece com a chegada à especulação dos perspicazes, cientistas e adivinhadores.

O que representam os painéis? Um herói? Um santo?

S. Vicente? Santa Catarina? D. Jaime? Infante Santo? Afonso Botelho conclui no significado e simbologia do Espírito Santo.

E, depois, de se terem debatido as hipóteses de maior controvérsia sobre a identidade do autor e de quem representa no políptico, surge aquela madrugada de dia claro, que Almada Negreiros nos revelou, e veio tornar mais actual o caso, que andava em nebulosa erudição.

O pai de Florbela, o antiquário José Maria Espanca, recebia na sua loja de antiguidades pessoas da linhagem mais alta, colecionadoras de velharias. Quando não os conhecia, estava bem atento para lhe saber a estirpe e o nome.

Uma cama exótica, de estilo indefinido, com duas iniciais encrustadas e entrelaçadas andava esquecida. Um S e um T esperavam crisma, para o comprador quando, senão uma vez, entrou um casal que era Silva, ele (ouviu a esposa chamar) e Trindade, a mulher. O pai Espanca fez negociação imediatamente porque, afirmou, pelos Evangelhos, que adquirira a cama num leilão dos viscondes da Santíssima Trindade.

A dimensão artística dos painéis serve todas as interpretações.

A poesia de Fernando Pessoa cabe em todas as matizes literárias.

Nesta semana, após a conferência e as entrevistas de Almada Negreiros vamos outra vez ao Museu de Arte Antiga.

Pouca gente. Alguns estrangeiros. Os nacionais parecem estar ali por engano. Fatal interrogação. Porque estão desertos os nossos museus?

Resposta. Falta de cartaz. Ao menos e ao mais, a pugna de Almada Negreiros agitou a questão.

Museu, lugar das musas.

E as musas permanecem ali esquecidas, sonolentas, frias, em

quadros guardados por funcionários fardados, como se fossem patrulhas da guarda ou brigadas de polícias. Falta vida, agitação, juventude, música, barulho nos jornais, na rádio e na TV. A propaganda, o esclarecimento, a didática, a polémica. São necessárias. Só se ama o que se conhece. Só se conhece o que se vê. Só se vê o que se deseja. E o apetite cria-se; é preciso falar das coisas, saber onde estão, a que horas nos esperam, que se explique o significado e a beleza.

E outra fatal pergunta.

Estão certos ou errados os nossos museus?

Museu de Arte Antiga.

Na maior parte o recheio é de pintura religiosa, retirada das igrejas e conventos. Almada Negreiros pôs bem o problema. O lugar dos painéis não é ali.

Já em tempos, falando eu com Armando Vieira Santos, disse-lhe, numa explanada de café, que o políptico teria bom lugar na Torre de Belém.

Respondeu-me: Heresia. Painéis na Torre de Belém! E o mar não os estragava com as neblinas, etc.!

E quem iria lávê-los? E porque na Torre de Belém? E mais uma série de dúvidas que eu, na santa ingenuidade de estar metendo foice em seara alheia, me afundei abajo.

Mas também pensei: cada um de nós tem a sua interpretação dos painéis. Eu tinha aquela.

Ainda no Museu de Arte Antiga.

Se lhe tirarmos a pintura da Madre de Deus, de Évora, de Tomar e de todos os sítios onde os lugares dos templos estão vazios, o que fica?

Alguma coisa ficaria. E esse alguma coisa é que seria o Museu de Arte Antiga.

A custódia de Belém tem que estar em Belém: O políptico de S. Vicente, segundo Almada, na capela do Fundador; e os painéis flamengos e espanhóis, italianos, etc., reintegrados, para onde foram feitos.

Ficaria um museu mais pobre?

Mas assim é que não estava errado.

Museu, lugar das musas. E as musas ali estão deslocadas.

Vamos a S. Francisco de Évora ou ao Convento de Tomar, e as pinturas foram retiradas para o museu de Lisboa. O erro está flagrante. Se acaso tais monumentos estivessem em ruínas, ainda se explicava. Mas assim?

Parce-nos que a nossa pintura religiosa tem um destino tão mesquinho como aquela coleção de chávenas de Luís Fernandes. É um armazenamento de peças.

Em Belém é a zona dos museus.

Museu dos Coches, Museu de Arqueologia, Museu de Arte Popular e agora Museu da Marinha. O único que tem lógica localização é o da Marinha.

Museu dos Coches?

Porque não levá-lo até Queluz? As carruagens, embora algumas sejam de época anterior ao edifício, não ficariam ali mal.

Museu Arqueológico?

Pedras ricas. Mosaicos notáveis. Documentos preciosos. Mas arranjo péssimo. E depois, a que propósito é que estão ali as condecorações políticas dum contemporâneo junto das esculturas romanas ou das múmias egípcias, doadas pelo Duque de Palmela? E uma guitarra de faiança?

Para haver um lugar para cada coisa, e uma coisa em cada lugar, porque não vai a guitarra para o Museu do Conservatório? E havendo logo ao lado um Museu de Arte Popular, porque nos são mostradas aquelas miniaturas pobres dos trajes rústicos?

Um museu tem de dar lições. Ou então, ser lugar de sonho, de beleza, moradia das musas.

Dizem-me que vai ser construída uma galeria na Cidade Universitária para a Arqueologia.

E porque não vão as pedras portuguesas e as que nos estão ligadas para o Castelo de S. Jorge?

Tarde de burgueses no Chiado.

Subimos paixorrentamente a Rua Garrett. O único grito moderno foi dado pela grade dourada com a assinatura do Jorge Vieira, naquela sucurral dum banco onde estava a Haynes. O resto... Eça de Queiroz e os Vencidos da Vida. Só a mudança de apelidos.

Ao lado do Governo Civil, em frente à caixa dos artistas do S. Carlos, entra-se no Museu de Arte contemporânea. O átrio todo com pintura romântica; Visconde de Menezes, Ribeiro Cristiano, Alfredo Keil.

Porquê «de Arte Contemporânea»?

Não têm lugar estes quadros já no Museu de Arte Antiga?

Sala de Columbano. Certa. Aqui pode começar a nossa pintura contemporânea.

Sala dos directores. Muita coisa a mais de Sousa Lopes e Carlos Reis. Dolorosamente a mais, porque há pinturas que nada significam na obra dos seus autores.

Nas outras salas: de Eduardo Malha mostram-se agora mais quadros e no lugar de honra. Quem entra vê logo o vestido de seda vermelha daquela menina da alta finança.

Malta devia evitar estes chistes dos seus opositores, sabendo, como sabe, que a sua entrada para director desta galeria foi discutida, combatida e solicitada que não fosse efectivada. Um museu nacional não pode estar nos apetites e tendências particulares.

A chamada arte contemporânea (da actualidade, das novas correntes) está num esconso.

Museu de Arte Contemporânea?

Tirem-lhe o subtítulo «de Contemporânea» e estará mais certa. Assim, com aquele Zoloaga mediano, à mostra e um bom Portinari escondido, é uma zombaria. Os contemporâneos estão ali timidos, receosos, nem podem falar alto.

O nosso Museu de Arte Sacra.

Restringido ao período Joânino, embora rico, terá de se chamar uma galeria.

Lugar para um grande Museu de Arte Sacra?

Com o incêndio da igreja de S. Domingos, pode darse o caso de ser no cardinalato de D. Manuel Cerejeira, a ocasião propícia para a construção da nova Sé de Lisboa.

Na velha catedral havia lugar para as mostras dum grande Museu de Arte Sacra Portuguesa.

E o da Câmara de Lisboa?

Resposta infalível. Na Casa dos Bicos.

(Continua na pág. 10)

A BELEZA E O CAOS

Por

ANA HATHERLY

essa miragem que seria alucinatória se não fosse a oposição mais válida ao poder de destruição do caos? E como conhecemos nós a beleza a partir do caos?

Que a criação tem de ser continua, que tem de ser por nós continuada, quer dizer que na criação transponemos para um plano de comunicabilidade o nosso vistumbre pessoal, pretendendo desse modo fazer recordar àqueles portaventura mais imersos na inércia do esquecimento, aquilo que num tempo foi conhecido de todos. Curiosamente se harmoniza assim o mundo das ideias com o mundo da ação. Se a ideia está na origem possível de toda a atitude dinâmica — e mesmo a contemplação é dinâmica — não existe mais oposição entre potência e acto, porque na criação artística o homem realiza o seu alto destino de intérprete que se torna em condutor. Colhendo do espírito desordenado o germe da ordem desejável, restituí à beleza original mais uma sua parte integrante, contribui, mesmo que seja só numa proporção ínfima, para a reconstituição da beleza na sua integridade original.

O mesmo equivale a dizer que a beleza se acha confundida na desordem do caos que se mistura ou se misturou à criação divina. A beleza está então dispersa no caos? Parar é morrer, e não sabermos se morrer é a vitória definitiva do caos sobre a nossa possibilidade de beleza, gera o medo.

Um símbolo desse terror é a mudez. Mudos nos representamos sempre os mortos, e as almas que não encontram o seu caminho de comunicação são ainda almas silenciadas, sombras espetrais horríveis de mudez. Porque mudez é impotência. Se a palavra é a primeira via para combater o caos, a linguagem da arte é a sua vitória.

Mas em tudo o caos se insinua. Colher do espírito desordenado, anterior à criação, pode implicar colher elementos de destruição que se hão-de tornar activos ao serem organizados, porque criação não quer dizer beleza só por si: pode-se criar beleza e pode-se aumentar a fealdade caótica pela acessibilidade da ordem que lhe proporcionarmos. Na delicadíssima alquimia que precede a criação entram todos os elementos disponíveis: a predominância de uns ou de outros definirá o processo. Como distinguir então de entre as partículas disponíveis (de valor irreconhecível na amálgama da desordem) as que darão este ou aquele produto? A que filtros, balanças e decantações se recorrerá? Nunca uma obra deixa de ser um composto, nunca deixa de trazer em si todas as possibilidades de ordem e de destruição — a sua consistência final dependerá do ritmo em que se incorporar, da direcção em que evoluir, da cadência espiritual que for possível transmitir-lhe, da cadência espiritual que lhe for possível transmitir-lhe. Só assim não confundiremos a beleza com a anarquia sob a máscara da ordem.

A vivência do belo, por parte daquele que cria ou mesmo por parte daquele que é apenas participante pela contemplação, faz pensar muito na teoria da remissão. Donde nos vem esse impeto para a criação do belo, para entender e realizar o belo como uma sabedoria da ordem cósmica desejável? Que sabemos nós da beleza para tanto poder significar

(Continua na pág. 10)

No panorama actual das artes plásticas portuguesas, torna-se cada vez mais difícil ao estudioso ou ao crítico, o discernir o que há de autêntico e sofisticado, na extensa produção dos artistas novos, qualquer que seja a bandeira que os guia ou a escola em que se filiem.

Se na tradição romântica, o jovem pintor ou o jovem escultor, sempre foi a vítima da desconfiança do meio e apenas a golpes de talento ou de sorte alcançava romper a densa muralha do conformismo burguês, verifica-se hoje, graças a uma complexa evolução da opinião pública em relação às artes, o fenômeno inverso: isto é, toda a manifestação juvenil de algum modo ligada às artes (e às letras, também), é desde logo olhado com respeitoso cuidado

snobismo dos deslocados, dos estrangeiros no próprio país, onde a tacanha mentalidade burguesa é avessa ao reconhecimento e pagamento das suas obras. Mas, a verdade dolorosa, é que, na por vezes luminosa produção juvenil, falha qualquer esforço mais audaz de autêntica formação estética; a tendência para o fácil, ou o já feito, a feminil passividade perante a descoberta alheia ou o alheamento total da aventura, que consiste em cada qual buscar para si mesmo o seu caminho, a sua verdade e a sua vida, faz de dezenas de jovens apenas chegados ao mundo das artes, verdadeiros demitidos da sua função criadora — e no calor com que defendem as concepções estéticas sucessivamente dominantes, confessam-se verdadei-

terária e artística portuguesa. Ainda há pouco saído do sensacionalismo futurista, mal refeito dum esteticismo esterilizante, a grande falange dos artistas e dos escritores novos, acolheram de braços abertos a nova corrente, que, nimbada do brilho de reivindicações estético-sociais, parecia lançar de novo a arte no caminho do humano e do natural. As primeiras Exposições Gerais de Artes Plásticas, levadas a cabo nos salões da S.N.B.A. deram a réplica pictórica à literatura: foram dezenas os jovens militantes do neo-realismo que então surgiram afirmando esperanças; entre eles, Querubim Lapa. Pode situar-se aí a primeira manifestação autêntica deste pintor, escultor e ceramista. Vindo das fileiras do

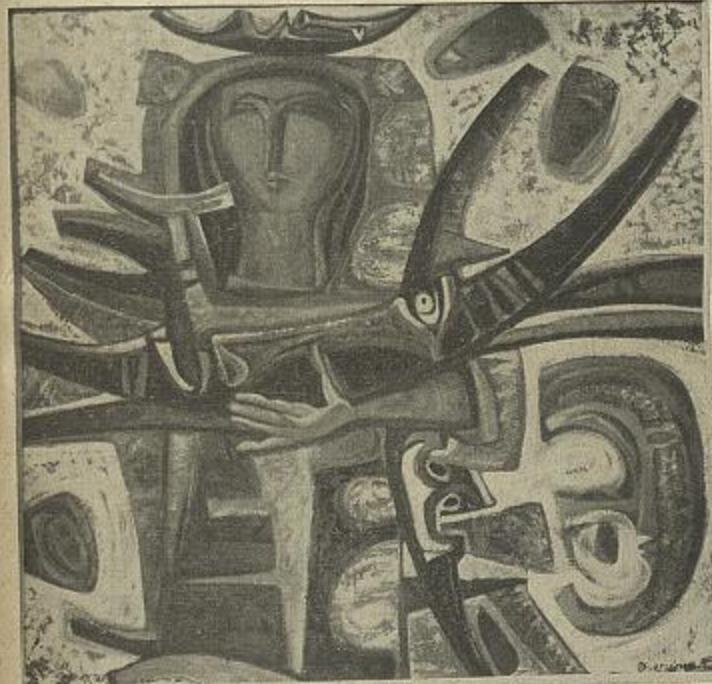
que supõe o poder ou potência de criação. Mas, criação de coisas belas.

A noção existencial da beleza em si, isto é, o preconceito de que todo o objecto é belo naquilo que é e enquanto o é, conduziu demasiado depressa ao desvario e à demissão do pensamento nos artistas. A beleza incriada, ou seja, a beleza do que brota insólitamente das mãos do artista ou do artífice, foi o alvo traíçoeiro e insincero de muitos jovens desta geração. Para Querubim Lapa, porém, as coisas passaram-se de outro modo. A lição do estrangeiro, cujo interesse reconhece primordial, serviu-lhe sobretudo para confirmar que é *aqui* que as coisas se farão. O exemplo dos mestres de além-fronteiras, frutuoso e saudável, serve para a

Em vez de prosseguir na senda já aberta, o artista terá de descobrir e abrir o seu próprio caminho. Antes de transportar para cá a paleta estrangeira, terá de olhar e fabricar os nossos azuis, os nossos vermelhos, os nossos verdes, os nossos brancos. Terá de olhar de dentro a perspectiva da nossa paisagem e situar nela o sangue do nosso povo. Terá de assumir até ao extremo limite do seu significado transcendent, a responsabilidade de ser pintor português, de ter nascido no seio dum povo cujo passado, cujo presente e cujo futuro, dependem sempre um pouco do que o próprio artista for. Terá de identificar-se com as ideias estruturais do pensamento pátrio e não pode alhear-se do

ARTISTAS PORTUGUESES-II

QUERUBIM LAPA - Pintor



VENDEDORA DE LUAS — Óleo

— não vá dar-se o caso de o novel artista vir a ser um génio.

Os juízos de valor tornam-se cada vez mais angustiosos, visto como a afeição das obras parece carecer de toda a garantia: por um lado, o lastimoso equívoco dos que aceitam genuínos documentos de estudo psiquiátrico, como sejam as produções plásticas infantis ou as dos alienados mentais, por autênticas criações artísticas; por outro lado, o preconceito provinciano do símile com o estrangeiro, podem levar os melhores intencionados a uma defeituosa visão do nosso panorama artístico e literário. O dramático, porém, é que no nosso meio as consequências de manobras comerciais como as de Paris, de Londres ou de Munique não trazem, para os artistas, benefícios substanciais, quais os da fama e da fortuna. Desiludidos, frustrados, enxameiam os cafés com o triste

ros académicos, no pior sentido do termo.

Claro está, a escola não ensina nem aponta directrizes. Todos conhecem a faléncia tanto dos métodos, como dos frutos do ensino artístico português. A obtenção do diploma, é forçada pela necessidade do jovem alcançar posição de segurança na escala social; mas, já ninguém hoje acredita que confira autoridade ou formação. Muito ao invés, é geral a desconfiança para com os diplomados. Aliás, todo o movimento cultural desenvolvido adentro de fronteiras, deve-se aos que não sofreram os vários vexames e exames dum curso regular. Honra maior para os que, apesar da humilhante carreira pelos bancos da Universidade, chegaram ao palco da vida com algo para dizer ou para fazer.

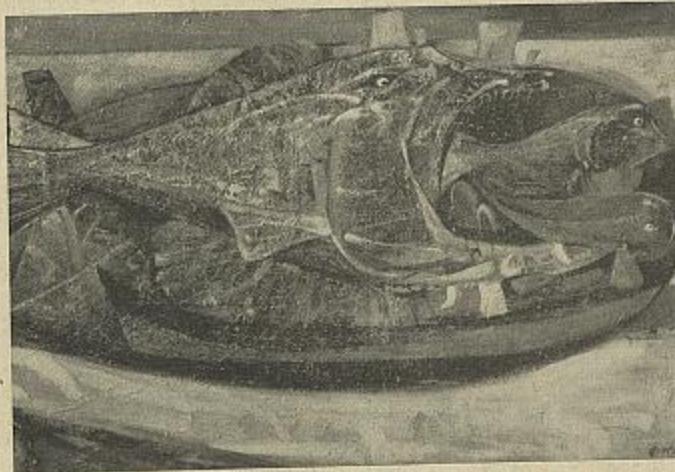
Há quinze anos, o neo-realismo dominava na paisagem li-

naturalismo académico, acusando a influência que um Malhoa demasiado pitoresco exercera nos seus dezoito anos, em pouco tempo, Querubim Lapa revelou toda a enorme e pesada herança dum estética anacrónica e sem conteúdo e virou, com resolução e com vigor, a curva do seu caminho: dessa falange neo-realista, pode afirmar-se ser ele o único, na modéstia do seu isolamento e na força do seu intuito, que não parou nem ficou agarrado à cómoda fruição do conquistado. Sempre pintor figurativo, acusa agora a chamada arte abstrata de verdadeira faléncia, de autêntica negação da arte: o que no artista possa existir de inconsciente, é o processo misterioso do acto criador, é o modo pelo qual ele entra em comunicação com a ideia; mas, a obra é ele quem imagina, a ideia não o visita senão a seu chamamento: o artista não é passivo perante a inspiração e no acto criador imprime a sua varonia. Ora, o que confessa a impotência perante a ideia inspiratriz e passivamente se comporta como medianeiro ou «medium», entre ela e a obra, está desse modo traindo a própria ideia de arte,

redescoberta do que em nós existe, para progressiva tomada de consciência da nossa própria missão de artista.

Há, para Querubim, que olhar primeiro a natureza e surpreendê-la no exacto desenvolver das suas formas, entedê-la no mais amplo significado da sua presença em face do homem e depois prescrutar a sua dimensão poética; ir para além do que revela, para atingir o que sugere; para além da linha, do volume e da cor em que se manifesta, reintegrá-la no concerto principal da Criação. Mais do que o poeta que a exalta, o artista é o demiurgo que a sublimiza.

E tudo se passará aqui. A paisagem é a nossa e os tipos humanos, os do nosso povo. A problemática não se importa, porque não se importam as missões dos povos. O artista é herdeiro, participante e feitor dessa missão; outros que a neguem. Na arte, como na vida, não há a geração espontânea. Uma época de grandeza não surge por coincidências de acasos felizes e estranhos à história dos povos. Algo perdura na sombra que faz brotar a luz, de quando em quando.



PEIXES — Óleo

meio cultural que o promove — Depois, pintará.

Para Querubim Lapa, não é admissível a mera emotividade, mais ou menos delicada e sugestiva, como razão suficiente da existência dum artista. O forço de interpretação, patente em alguns bem intencionados artistas, é apenas o aspecto exterior, digamos, a presença dum estilo, que não pode preencher nem subestimar o papel da sua mensagem estética. O artista não pode ser um ignorante com habilidade manual; e embora à razão esclarecida isto pareça óbvio, a verdade é que o equívoco se instalou entre nós com foros de cidade e, enquadrando-se, apenas por extirpação cirúrgica será possível eliminá-lo.

Querubim Lapa, após a via sinuosa dum evolução de quinze anos, está hoje mais próximo da natureza do que à primeira vista parecerá ao grande e distraído público. A sua preocupação actual é não trair, prescrutar até ao pormenor, o mundo que o cerca, e através dele atingir a significação das coisas e dos seres. Por escandaloso que a muitos tal se antolhe, está mais arreigado à Pátria e aos seus problemas, do que outros que julgam inscrever-se na missão histórica dum povo, por se servirem de seus Santos ou Heróis para modelos de suas criações. O artista é o criador de coisas belas, mas, a beleza das coisas não está apenas nos modelos encarcerados nos muros dos museus, nem a fonte inspiradora mana nas vertentes a leste dos Pireneus. Querubim Lapa, que soube viajar, soube também regressar; mas a mais fecunda viagem, ele a está fazendo aqui mesmo — e ninguém sabe onde o levará.

FERNANDO MORGADO

O homem contemporâneo no labirinto burocrático

III

AS VOZES DO POSTIGO

— Faça o favor de esperar. Faltam ainda meia hora para abrir.
— Isto não é desta repartição ...
— Tem razão. O aviso não indica a rua nem o número da repartição. Mas toda a gente sabe ...
— Dirija-se à administração do outro bairro.
— O serviço já fechou. Agora, só na segunda-feira.
— Traz o seu bilhete de identidade?
— Não posso aceitar esse documento.
— Este papel não está bem. O Sr. enganou-se.
— Isto está inutilizado.
— Tem de comprar outro impresso.
— Falta um solo fiscal.
— Já não tem validade. O prazo terminou no dia tantos de tal.
— Ainda não fui a despacho. Passe por cá de aqui a quinze dias.
— Falta só a assinatura do chefe, que está de licença.
— Nada consta nestes serviços. Não estará o Sr. equivocado? ...
— Deu entrada ontem, mas ainda não foi registado.
— Tenha paciência, mas a culpa não é minha. Eu limito-me a cumprir ordens.
— O Sr. é malcriado. Não vê que está a falar com uma senhora?
— Agora tem de pagar mais tantos escudos.
— Os pagamentos só se efectuam nos dias ...
— Tem uns descontos: um por cento para isto, dois por cento para aquilo, três por cento para aquelloutro ... Etc.
— Eu não fumo essa responsabilidade.
— O funcionário que trata desses assuntos está ausente.
— Não tenho culpa que o Sr. venha de tão longe.
— O meu amigo tem razão, e eu acho que o seu caso é injusto. Mas que quer?
A lei é inflexível, e o regulamento taxativo.
— Não lhe posso fazer nada, meu caro senhor.
— Esses assuntos não podem ser resolvidos por telefone. Apresente o seu caso por escrito.
— Só dirigindo-se a Sua Exceléncia o Ministro.
— Isto ainda leva uns dias a informar pelos peritos.
— Vá para a bicha, faga favor.
— Tire uma senha, faga favor.
— Espere pela sua vez.
— Dirija-se ao contínuo, que não está ali para outra coisa.
— Bem sei que o Sr. é a mesma pessoa. Mas neste papel não está o nome exacto, ...
— Não, não posso fazer esse favor. Já foi castigada uma colega minha por ter feito o mesmo ...
— O chefe não consente que se altere o modelo ...
— Requeira em termos.
— Veja no Diário do Governo. Eu não tenho tempo para prestar esses esclarecimentos.
— Perdeu-se o processo.

C R Í T I C A

FILOSOFIA

Dois livros de Agostinho da Silva

«UM FERNANDO PESSOA»
«AS APROXIMAÇÕES»

Três anos são volvidos sobre a data em que o Ministério de Educação e Cultura do Brasil publicou essa obra admirável de Filosofia religiosa da história portuguesa a que o franciscanismo do seu autor levou a denominar modestamente «Reflexão à margem da literatura portuguesa».

Entretanto, por duas vezes o pensamento de Agostinho da Silva nos foi comunicado, marcando a sua grande presença na moderna filosofia lusitana. A primeira, em princípios do ano passado, com o seu ensaio «Um Fernando Pessoa», que o Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul editou e que, em fins de 1959, foi publicado em Lisboa, acompanhado dum catálogo de leituras, organizada pelo próprio autor. Agora a mesma editora portuguesa, na sua valiosa coleção de Filosofia e Ensaios, acaba de nos dar uma nova obra do esperançoso pensador atlântico, «As aproximações».

O primeiro destes livros, se é uma magistral e original descrição e interpretação portuguesa (a maior parte das interpretações da obra de Pessoa não o têm sido, devido aos preconceitos internacionais dos seus autores, bem patentes na desvalorização da sua obra capital, «Mensagem») das posses e das obras do genial poeta-propheta e seus heterônimos (luminosa e sua compreensão da raiz da incapacidade activa do poeta e do seu exarme em gentes — só que havia de feminino em Pessoa, e nelo tanto importa, se paria em poetas), é, também, o acima de tudo, o desenvolvimento e explicitação, agora mais em termos de presente e futuro do que de história, da filosofia de Portugal contido na «Reflexão».

Em certa medida será até legítimo dizer-se ser o novo ensaio de Agostinho da Silva o capítulo final que faltava àquela outra. De facto, estamos ainda, de certo modo, perante uma reflexão à margem da literatura portuguesa: a literatura é a posse de Fernando Pessoa, o objecto da reflexão, o Portugal pressupõe a definir-se potencialmente atlântico.

Embora aqui a reflexão seja menos à margem da obra de Fernando Pessoa do que o era, por exemplo, em relação à de Fernão Lopes, Gil Vicente ou Camões, pois o estudo do poeta dos heterônimos ocupa a maior parte do livro, no entanto, o aspecto fundamental do novo ensaio do professor português é, decerto aquele em que ele, partindo dum superior interpretação de «Mensagem» e do seu esebianismo racional, medita, já não tanto sobre o que Portugal foi, mas sobre o que Portugal é no presente e para além de História. «Portugal está hoje presente em toda a parte», escreve Agostinho da Silva, «porque os territórios da América, da Ásia, da África e da Oceânia sofreram muito menos a opressão da Europa de Carlos V e conexos, o Portugal mais autêntico e de maior vitalidade não é o País cuja capital é Lisboa, mas o do Brasil, ou de Angola, ou de Índia. É um Portugal que não tem seu centro em parte alguma e cuja periferia será marcada pela expansão de sua língua e da cultura de Pax in excelsis que ela levar consigo; é um Portugal que não se importa com definição de regimes políticos, de regimes económicos ou de instituições religiosas, porque esse será o problema de cada uma de suas unidades, só ficando, por essência e definição do próprio conceito Portugal, totalmente excluídas aquelas formas institucionais que vão, como o autoritarismo político, o liberalismo económico ou a negação do Espírito Santo, contra o que há de estrutural no próprio homem.

Mas o que tem obstado a que Portugal, Europa que se transcendeu fazendo-se ao mar, em cumprimento dum missão de fraternidade universal, não tenha conseguido realizar plenamente o Reino de Deus, ultrapassando-se enquanto império ainda físico e político?

Segundo o filósofo da «Reflexão», foi a tentação de eficiência, forma pela qual a Europa cartesiana se vingou do paracletismo lusitano e do desprezo cultural e político, que o Portugal autêntico, cliente da sua superioridade, tolhida, as depois pelas sucessivas traições dos estrangeirados, sempre lhe votara. Eficiência vista, não como serviço prestado aos outros, mas como afirmação da própria superioridade — o Reino do Diabo substituindo-se ao Reino de Deus, pelo pão de maior, o orgulho. Eficiência que, vendo na sociedade apenas uma simples máquina de produção, instaurou uma pedagogia que, em vez de conservar crianças, pretende fabricar adultos.

A remissão deste pecado exige um sacrifício — o de Portugal como Nação, a favor dumha Pátria a configurar-se como

comunidade de língua, como foi já anunciado por Fernando Pessoa quando cantou «a minha Pátria é a língua portuguesa», Pátria cujo capital não seja a do provincialismo admirado e da imposição do estrangeiro em Portugal; mas dum movimento autêntico de fraternidade no Reino do Menino Deus.

Aqui se esclarecem melhor os períodos finais da «Reflexão» e o seu aparente pessimismo, cujos termos absolutos, logo repetidos pelos nacionalistas sentimentais longe de serem explicáveis apenas pela nostalgia do exílio, como pretendeu Alvaro Cabral, parecem radicados em mais funda visão religiosa do homem e da história, visão que, subjacente nos dois ensaios anteriores, se torna patente nas duas dezenas de breves escritos que integram «As aproximações», nos quais, a partir dum meditação sobre a natureza e a situação do homem, adentro dum cristianismo franciscano, se nos propõe uma supérflua filosofia política.

Acelta Agostinho da Silva, como católico ortodoxo, a ideia de um Deus cuja essência é liberdade e que por amor criou o mundo e fez o homem à sua imagem e semelhança. O homem é, por isso livre, sendo também a liberdade a própria lei do mundo.

O homem, porém, porque não teve suficiente confiança em Deus e não respeitou a amorosa ordem cósmica, deixou de ser plenamente à imagem e semelhança de Deus, degradou-se.

Esta foi a primeira queda, com a qual a história se iniciou e a que outras se seguiram, acentuando a situação de cisão, de separação no homem, de que hoje o aspecto mais terrivelmente dramático é o especialismo, em todos os seus graus e aspectos.

Por isso, o dever fundamental do homem é o de, com a plena consciência de que todo o mal se deve a uma falta cometida no inicio da história, procurar reparar o que se fez e reconquistar o paraíso perdido. Esta reconquista, a salvação, tem o homem de a conseguir num perpétuo combate consigo mesmo, entre as solicitações temporais e a sua vocação eterna, o seu essencial dever de ser santo, consciente de que o seu fim não é de viver feliz, mas de o conquistar a alegria, para além de todos os obstáculos. Ora o principal obstáculo à integral realização do homem reside no apego e na necessidade de luta pelos bens materiais — propriedade e salário — pois, quem tem, não é. Daí que a pobreza seja o estado ideal e superior do homem. Mas pobreza livremente procurada e não únicamente derivada de sociedades mal organizadas e iniquos regimes políticos, pois então tem valor de eternidade a desgraça que, vindas por mãos de homens, por mãos de homens poderia ter sido evitada.

Três são as vias que ao homem se oferecem para a conquista da redenção — a inteligência total, a obediência e o amor. Destas três formas a superior é o amor, realidade em que tempo e eternidade se fundem e pelo qual o homem mais se aproxima de Deus, porque todo o amor que ama o eterno é o amor de Deus amando-se e si próprio.

Assim como o amor supera as outras duas formas, pois catinge de pronto e por essência o que inteligência e vontade de obedecer atingem por desvio, de igual modo e intuição supera a inteligência, na medida em que, sendo embora conhecimento racional, é tão seguro e claro que não pode sofrer qualquer espécie de dívidas.

Por isso estão as mulheres e as crianças mais humildemente perto da verdadeira sabedoria do que os homens; por isso também o grande pecado do mundo moderno é, não só não reconhecer esse superioridade, como a existência de uma educação cujo objectivo é transformar crianças em adultos e masculinizar as mulheres.

Este, no seu assistematismo circunstancial, a gerência especulativa de visão que da história Agostinho da Silva tem e da sublime política de autêntica e redentora fraternidade que agora mais claramente nos propõe.

Livro admiravelmente meditado e escrito, onde o radical franciscanismo do autor se desenvolve e explica, testemunho dum aventureiro espiritual que se vem cumprindo com a mais funda autenticidade, «As aproximações» reflectem, na dimensão sobrenatural e futurista do seu saudosismo e no carácter iluminado da sua Esperança, os raios promissores da nova aurora atlântica.

ANTÓNIO BRÁS TEIXEIRA

«O LOBO E AS ESTRELAS»

de TELMO FERRAZ

Não o encontrei à venda nas livrarias de Lisboa. Um amigo mandou-me de «Braganças», com esta recomendação, aluminoso como os astros e áspero como o lodo.

Lê-se dum fôlego. Mas acabamos chorando sobre aquelas páginas pungeantes, deste documento literário.

A que gênero pertence? O prefaciador, Padre Videira Pires inclina-se para a poe-

sia. Parece-me demasiadamente directo para o situarmos na transfiguração poética. Não interessa a norma da classificação. Factura, libelo, oração; factura que temos de pagar, libelo que nos acusa, oração que nos redime, para clamar a nossa angústia, este livro feito com páginas dos diários que o Padre Telmo Ferraz escreveu, apresenta-se como uma história trágica do nosso tempo, num jornal dum cura de montaña.

O Padre Telmo Ferraz foi capelão da barragem do Picote desde 1955 a 1959, assistindo, com as bênçãos do seu apostolado católico, aos construtores humildes que resgavam as pedras. Do que viu e sentiu, tomou notas, escreveu frases, compôs as páginas deste livro, que é um evangelho de angústias. Desde o primeiro diário onde se aponta a profecia de uma volta com arcos apocalípticos dizendo:

— Num queremos la costa! Num queremos acá la barragens!

Vamos ouvindo; vamos escutando um calor maldito de vozes em ascensão. Por uma estrada ingreme sobre dolorosamente etéreas os que trabalharam em túneis de minas ou barragens e hoje têm silicose.

Este livro é um livro de Salmos, de Salmos negros do nosso tempo, do meu e do teu tempo, da época dos aviões a jacto e dos submarinos atómicos. Sim, é um registo do progresso, do progresso das barragens onde os marteleiros e os cabuleiros desses engenhos se intoxicam e ficam com os pulmões desfeitos.

É um livro para escandalizar, escreve o citado prefaciador.

Quem não o suporta, que feche este livro. Não se escreveu para ele. Mas corra logo a resgar o Evangelho, que ainda guarda, corvalmente, algum recanto esquecido do seu conforto burguês. Terrível documentário, de progresso das barragens onde os marteleiros e os cabuleiros desses engenhos se intoxicam e ficam com os pulmões desfeitos.

Piedade, Senhor Piedade para os tristes homens, que somos nós, devorando-nos uns aos outros.

Júlio Diniz, na «Morgadinha dos Canaviais» escreveu a elegia do velho castaneiro, sacrificado ao traçado dum estrada nova; D. João de Câmara, nos «Velhoss», por uma das personagens, clamava contra o Caminho de Ferro, que respega sementeiros e terras formosas. Mas tudo são trechos literários líricos, onde a vida se apresenta no aspecto de beleza. Este livro do Padre Telmo Ferraz, dado o caso de intensidade dramática tem par, na Literatura Portuguesa, na História Trágico-Marítima. Diferencia-se pela epopeia. Só, que o conteúdo é comum, na emergente e no holocausto. Vidas sacrificadas! Não são rimas de versos. Este livro não vive pela ficção. É um documento que se escreveu uma vez. É o estilo?

Lê-se como um poema. Repito; reza-se como uma oração.

Oscar Wilde, no «De Profundis» fica para cá. Nas páginas de «O lodo» e as estrelas não se especula com a arte e com a maneria do viver. Aqui, a tristeza dos homens é a punição, no facto de existir.

Livro negro; livro maldito. Livro que os portugueses têm de resgar, queimando as causas que deram origem.

Assinale-se esta obra literária nos marcos de nossa era.

Quem se lembra dos humildes que morreram, sacrificados na construção do Canal do Suez? E nas pontes de S. Francisco? E na Torre Eiffel?

O Padre Telmo Ferraz, quando olha para as barragens, lembra-se dos seus silicosos e escreve:

«Os carvalhos e os rochedos reflectidos nas águas claras! O contraste das serras Venda Nova, Cabril, Castelo do Bode, Picotel. No dorso das albufeiras, uma barquinha negra, carregada de pulmões esfarapados, segue a sua rota.

Livro de piedade. Livro de combate. Ficamos com os braços caídos? Que os homens eliminem as causas da sua origem, é o que nos sugere este panfleto.

AZINHAL ABELHO

TEATRO

OS QUE DESCERAM AOS INFERNOS

Li há dias uma classificação do Teatro, de Marvan Lebesqué que, esquemática embora, serve perfeitamente para enquadrar o que eu aqui quero dizer. Ele divide em três etapas a história do Teatro:

No primeiro, o homem estagnado pela sua pequenez e contingência, rodeado de mistérios que não domina, volta-se para os deuses; é o tempo da invocação religiosa, que começa pela simples dança sagrada e depois se lacia nas representações egípcia e grega.

No segundo, passados os séculos, o homem desvia os olhos dos deuses e começa a contemplar-se a si mesmo, escolhendo para seu próprio espetáculo; é o tempo de Molière e da comédia de cassetes.

No terceiro e último fase, a nossa, o homem, depois de ter medido e conhecido

O Chocolate mais imitado



Para Mousses
e Bolos

UM PRODUTO Favorita

MERIDIANO DO CHIADO

(Continuado da pág. 6)

Há poucos museus em Lisboa? Mas os que há são pouco frequentados.

Verdade comezinha; só faz falta o que não há. Mas à juventude portuguesa não fazem falta os museus. A tacanhez da nossa metodologia de ensino, dispensa a visita às galerias de arte. Não vemos os rapazes das Belas Artes a copiar os clássicos. E aqui está o exemplo estrangeiro, que eu não gosto de citar: no Prado, no Louvre?

Os nossos museus são pobres ou ricos?

Em pintura faltam vedetas internacionais. Não vemos um Goya, um Greco, um Leonardo, e só há pouco existe um Velasques, e apontamentos de Picasso e Dali.

Talvez a benemerência da Fundação Gulbenkian forneça a dádiva ao nosso património artístico.

Porque se interessam tanto os escritores pelas artes plásticas, perguntam-me aqui ao lado.

Respondo: primeiro ver.

Casas Museus?

Em Portugal há pouquíssimas. Aparte a de Guerra Junqueiro, S. Miguel de Seide, João de Deus, Bordalo Pinheiro ...

Agora em Alpiarça, o Solar dos Patudos; em Bragança, no Museu Abade Baçal, a Sala Trindade Coelho.

O que há a fazer pelo nosso País!

Museus novos; museus velhos. O que se pretende é que os museus tenham além da arte, vida. Parece-nos que os exemplos do Palácio de Vila Viçosa, e o de Abel Lacerda no Caramulo dão cartas nesse sentido.

Falando hoje de museus, com o lugar de sonho de beleza, pode ser que os do Chiado, quando passsem por lá, quando sobem e descem, olhem para lá.

AZINHAL ABELHO

A BELEZA E O CAOS

(Continuado da pág. 6)

timento de incapacidade humana de impedir a destruição que a todo o momento ameaça a ordem.

Hoje, é-nos mais fácil reconhecer que a nossa possibilidade de vantagem sobre o caos reside no movimento espiritual. O espírito grego considerava a transcendência através do homem, nós consideramos o homem pela transcendência. Por isso o seu sentimento do belo era naturalista quanto o nosso é abstrativo. Aqui ainda naturalismo quer dizer referente à natureza cósmica enquanto abstração significa mais misticismo. O nosso desejo de ordem, o nosso sentimento de beleza, seriam assim toda uma noção de religiosidade que vê por detrás do caos a ordem, em oposição ao espírito grego que via por detrás da ordem o caos.

O movimento espiritual que para o espírito grego residia na objectivação, na redução ao campo do possível, à condição física do homem, embora simbólico e metafísico, para o homem ocidental, produto da civilização cristã, esse movimento exprime-se melhor pela superação do humano no metapsíquico, embora sempre

EDUCAÇÃO FEMININA

(Continuado da pág. 12)

e ainda simbólico. Porque o símbolo é a única linguagem possível ao homem para traduzir e interpretar o transcendente. É assim que a sua criação será sempre uma forma de aspiração ao transcendente pelo formal. Resultar a forma, por vezes, numa limitação da sua ânsia de sobrenatural levá-lo-a a procurar numa concepção abstrata do belo um caminho de criação mais depurado, o que equivale a dizer que reconhece na objectivação plástica, apesar de originada no sentido da ordem, uma diminuição da sua aspiração espiritual.

Deste modo atinge uma visão mais profunda da beleza, aproxima-se da verdade mística. Mas esse conhecimento, essa experiência espiritual, não acentuam menos o carácter necessário de comunicação da obra de arte. Desde a objectivação do subconsciente à abstracção geométrica, ainda o caminho é de desejo de compreensão. É a aspiração à ordem pela medida, medida rítmica espiritual no mais alto grau, mas sempre medida, desejo de acessibilidade pela ordem. E mensagem que seja comunicação,

ANA HATHERLY

seriam as normas de uma tal pedagogia, seriam as bases ou alicerces de uma futura sociedade.

O pensar maduramente na situação dos nossos filhos, no seu afã de aprendizagem; o analisar a tendência feminina das estruturas de todo o nosso ensino; o prescrever a posição do homem dos nossos dias na sociedade, em casa, nas ruas ou nos empregos; o meditar na passiva atitude fatalista de quem de direito, levou-nos a escrever, porque consideramos serem o amor e o ódio, opostos que se encontram, estádios que se anulam, quando a esperança, a fé e a caridade, servindo de meios, ou mediadores, procuram congarçar os interesses desavinhos. A imodéstia, a emoção e o erro, são situações escravizantes, para todo o homem que, cego pela ambição, pretende apenas usufruir o disfute do lugar a que ascendeu no escol do presente, sem intelligentemente propiciar, facultar ou conceder, o desenvolvimento das aptidões, aos que formarão o escol do futuro.

LUIS CARLOS DO ESP. SANTO

A consagração dum grande romancista e dum notável romance!

5.º PRÉMIO CAMILO CASTELO BRANCO

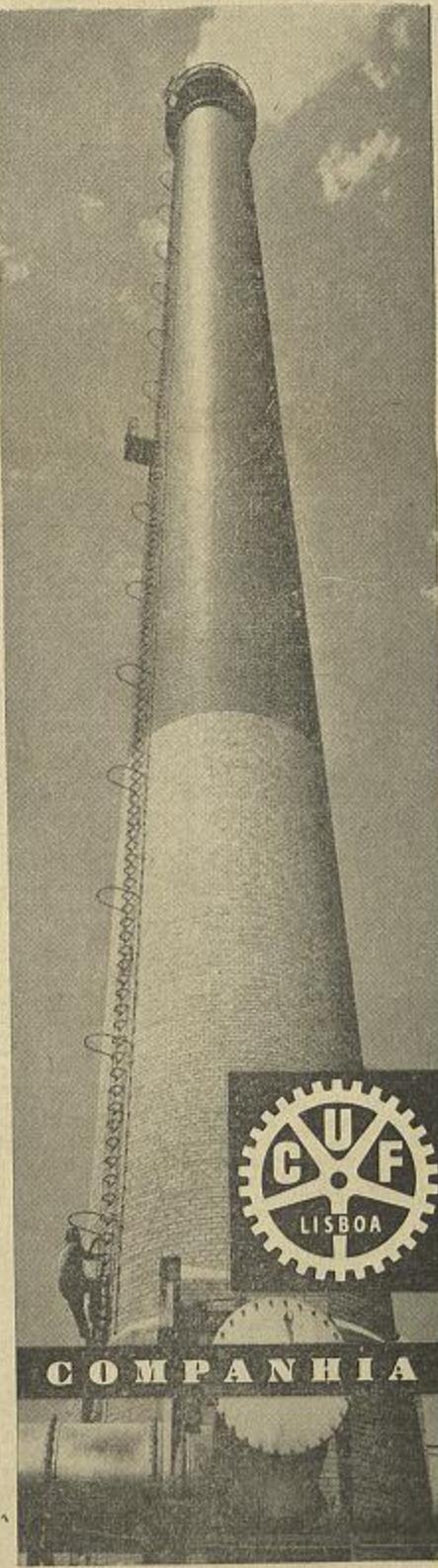
Instituído pelo Grémio dos Editores e Livreiros e atribuído por um júri da Sociedade Portuguesa de Escritores ao romance de VERGÍLIO FERREIRA

APARIÇÃO

a obra de ficção mais aplaudida, nestes últimos anos, pela Crítica portuguesa

2.º EDIÇÃO.

POR TUGALIA EDITORA





província essencialmente aprazível

1960 - A SABOIA CELEBRA O SEU CENTENÁRIO

No ano corrente, explore as montanhas com reflexos lilaes, os lagos românticos de uma das maiores zonas de recreio do mundo. Na Saboia, poderá tentar a sorte ao jogo em Aix, entrar nas corridas de Annecy, fazer golf em Evian, ski em Chamonix, velejar em Talloires, desafiar o Monte Branco — ou se preferir, deixar-se embalar tranquilmente sob os frondosos plátanos, olhando os cisnes que correm as águas plácidas.

largas à fantasia em França

france

MISSARIAT GÉNÉRAL AU TOURISME

RUA AUREA, 3.º - LISBOA - P.P.C. 25368/9

O EQUÍVOCO

(Continuado da pág. 12)

integralmente no equívoco. Acreditam, leitores: se a literatura fosse efectivamente isso que dizem que ela é, de acordo, que grande literatura teríamos nós, e não só nós, a Europa Ocidental, que servilmente procuramos seguir para acertar os ponteiros pelo relógio de Paris, como se dizia há vinte anos e até nos bons tempos dos quimericos Vencidos.

Se escrever fosse o equivalente em segundo grau da confissão religiosa e católica ou ainda dos relatos psicanalistas para cura de neuroses e impotências; se fosse um meio de honestamente ganharmos a nossa vida, impor o nosso nome, satisfazer a nossa verdade, conquistar um a um os degraus da fama e da glória; se fosse uma bem intencionada artesanaria, uma espécie de carpintaria, tanto mais valiosa quanto mais perfeita a junção das peças e a resistência dos materiais; se fosse uma arma do arsenal político — político-sociológico, político-religioso ou político-potestático —, um instrumento aliciante de reacção ou revolução; se fosse o sucedâneo da fotografia, segundo a técnica mais moderna, bem entendido, a cores e mesmo a três dimensões; se fosse a construção palavrosa de uma forma, de uma certa substância, de uma abstracta plasticidade verbal; se fosse a expressão de uma moral de sinceridade ou da mentira, da beleza ou da fealdade; se a literatura fosse apenas algumas destes ou mesmo todos estes fins limitados que os nossos escritores revelam em inquéritos em que têm a imprudência de se descobrir, viveriam então, Portugueses, Peninsulares, Ocidentais, um período único, excepcional na história da literatura.

Mas o equívoco é tão grande que assusta. Conceda-se que fazem talvez bem o que pensam mal, o que evidentemente, não chega a mostrar que o equívoco da literatura é afinal uma das muitas modalidades do equívoco da filosofia. Conceda-se que os nossos escritores mais talentosos não são faltos de boa vontade e bom estilo. Mas concedam-nos que têm muito pouco para dizer. Como se prova pelo que dizem e sobretudo pelo que não são capazes de dizer. É a hora? Fernando Pessoa. Chegará. Mas aguarda ainda um pouco. Paciente e espera.

O EQUIVOCO BUROCRÁTICO

O gigantismo do Estado, herdeiro do direito romano e da então formulada teoria administrativa em que a centralização do poder se processa através da lei e do regulamento universais, deu origem a esse sistema interminável a que hoje se dá o nome de burocracia. Hidra tão voraz, que o próprio Estado, seu domíngio, se vê obrigado a cercá-la nos seus poderes, como há pouco aconteceu entre nós, a burocracia é um monstro tanto mais nocivo quanto, criado por uma ideia sem corpo e sem alma, é ela mesma um corpo sem cabeça.

Expliquemo-nos. Criada por uma ideia sem corpo e sem alma: com efeito, a burocracia medeia e executa uma legislação abstracta, universal e intemporal que, com ser herdeira do positivista e imperialista direito romano, reforçou, à laz do idealismo filosófico e principalmente do hegelismo de esquerda ou de direita, o imperativo da Ideia, da Razão, do conceito sobre os homens na sua concreta especificidade, na sua distinta problemática e na sua individualizada ou nacional estrutura animica. Uma legislação de gabinete, formulada por uma razão teórica e inspirada pelo historicismo universitário dos tradicionalistas tende assim a ignorar e a menosprezar o concreto humano, a forma, o tónico psíquico, as tendências particulares das raças, das nações, das províncias, das cidades e dos indivíduos. Julga-se universal, olimpicamente intemporal, superior às contingências, desde a contingência que é o pobre ser humano sofrendo esmagado pelo sistema, até à contingência que é a continua evolução de uma problemática.

Normalmente, esse pobre ser humano que são todos os seres humanos, pois cada um tem o seu específico problema, irredutível à chamada escala social — normalmente, reage. Lacónica e abstracta, a lei não precisa o seu caso. O seu caso, complexo e desbordante era infinitamente mais vasto do que o seco artigo da lei. Era preciso que este homem fosse compreendido na sua univocidade — para que o seu potencial criador despertasse e se activasse. Ao invés, pretendo-se que ele subsuma o seu problema vive numa descarnada solução geral ou social. Para o espartilhar, para o reduzir, para o transformar, de homem vivo em homem-massa, usando a expressão feliz de Ortega y Gasset, al está, numa primeira instância a burocracia; numa segunda instância, o tribunal.

Para que o mecanismo burocrático funcione, porém, como eficas redutor do humano ao jurídico, do individualizado ao abstractamente conceptualizado, é preciso acreditar de tudo que os burocratas não pensam e não ousem, por um movimento de reflexão ou simplesmente de piedade, ajudar o desgraçado colhido nas malhas burocráticas. Eis porque nenhum burocrata é responsável: têm sempre um superior a quem prestar contas e este por sua vez, obedece sempre a um regulamento, a uma postura, a uma lei. Os burocratas são, porém, homens e têm ainda sentimentos. Por isso se escondem sob barricadas de papéis e perante as pessoas inquietas e constantemente frustradas, desculpam-se com os formulários e formalismos.

A burocracia é de tal modo um corpo sem cabeça, que ninguém está em condições de resolver um problema não previsto nas suas codificações. O trágico é que todos os problemas são problemas não previstos. O trágico é que o equívoco da burocracia, filho do equívoco do direito, provoca necessariamente a paralisação total de uma sociedade, de uma cultura, de uma civilização.

SACOR

AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES

(Continuado da pág. 1)

escrita sobre o termo de um ciclo. Toda a pedagogia filosófica devorá ser, a partir de agora, um desaprender do que afinal era um não-pensamento. A expulsão dos professores assegurará ao presente vital o predominio do futurível redentorista sobre a coisificação-dogmatização passadista, se a mestria das artes da palavra, da forma e da cor de novo souber harmonizar tradição e evolução, mistério e movimento.

O EQUIVOCO HISTÓRICO

As inatas tendências e a consubstancial estrutura religiosa do homem conduzem-no para estranhos desvios, qual a religião positivista de facto. Poderia dizer-se, nas pisadas dos mais eminentes antropologistas e psicólogos modernos, como Jung, Jaspers, Szondi ou Ellado, que nenhum dos movimentos positivistas, ateístas ou materialistas do nosso tempo fugiu ou pode fugir à inconsciente metamorfose religiosa, quer em formas orgânicas, quer em inesperadas revivências míticas. Assim, entre os casos mais flagrantes, conta-se a elaboração e elevação à categoria mítico-religiosa da História baseada nos factos, isto é, nos acontecimentos feitos, passados. Para escapar a uma transcendência, a uma relação do visual com o invisível ou do presente com o futuro na profecia, a História trouxe uma outra espécie de crença, crença que aliás os historiadores manejam a seu bel-prazer: da crença nos factos, ou seja, de que as coisas se passaram da maneira que nos é contada, passa-se facilmente para a crença de que os factos explicam a actualidade em que dramaticamente nos inserimos. Os historiadores, na sua ânsia de transcendência obtida a qualquer preço, julgam poder derivar do pobre e fruste testemunho de documentos escritos ou gravados, a compreensão das forças psíquicas ou de outra ordem que guiaram os grandes homens na sua gesta contra o tempo.

As consequências de uma religiosidade que se ignora a si mesma são:

1.º — A fluidex na interpretação do passado, provando que os factos são incognoscíveis e tudo se passa no domínio mais respeitável das hipóteses, isto é, da filosofia.

2.º — A crença, apesar de uma fluidex a que voluntariamente se fecha os olhos, na validade da série factológica, ou seja, de que os factos deriam uns dos outros por leis lógicas, que não se sabe bem quais sejam, mas que se aceitam na sua forma abstracta.

Nestas condições, o ensino e a própria mentalidade moderna, em vez de se orientarem para a criação e para a futuração, voltam-se para o passado, impondo o morto ao vivo. Não se ensina a filosofar, isto é, não se habilita o aluno a uma relação pessoal com o transcendente, partindo da experiência individual para zonas mais profundas e luminosas: ensina-se a história da filosofia, como se pelo simples conhecimento dos livros-factos, se pudesse ascender ao conhecimento do homem, da natureza e do espírito.

O mesmo se dá em todas as zonas da nossa encyclopédica cultura: a história mata assim pouco a pouco o dinamismo criacionista que temos em germe e, ao cabo dos cursos liceais ou universitários, apenas se pode sentir fôlego pelo amálgama de doutrinas-factos, ideias-factos, figuras-factos que indiscriminadamente tivemos de fixar. Esquecido foi que, mais importante do que toda a exterioridade factológica, é a interioridade específica de cada aluno ou discípulo e de que o caminho para o conhecimento não é a súmula encyclopédica dos múltiplos caminhos percorridos no passado: é, sim, a adequação de uma dada estrutura psíquica à possível experiência concreta, ambiente, espiritual. A cultura livreca só funcionará por escolha e como suplemento, em vez de exigir, como geralmente sucede, a passividade inoperante do aprendiz.

A História, por outro lado, funciona como fuga: fuga à problemática viva e actual que nos rodeia, fuga à decisão e ao verdadeiro acto de conhecimento. Atrelados por essas engenhosas ficções de que os nossos compêndios abundam, esquecemo-nos da realidade. Por isso, os homens modernos, com todo o seu cabedal de técnicas, assumem os lugares de comando da sociedade como crianças ingénugas, movidos por determinações superficiais. Sem autenticamente conhecer os seus concidadãos, os seus compatriotas, os seus conviventes, supõem-nos iguais a esses construções semi-românicas dos pseu-

dofatos. Lidam com os vivos como se estivessem perante os mortos da História. As suas leis, as suas ordens, as suas decisões não têm adequação ao real. O histórico — que é antecidador, que é antifuturante como é antitradicional, já que o mito se situa noutra escala — o histórico, dizíamos, trouxe o divórcio trágico entre o pensamento e a ação.

O EQUIVOCO UNIVERSALISTA

Um pensamento confuso, ignorante das próprias implicações ou habilmente guiado por influências sutis que mostram desconhecer, deu publicidade ao falso dilema do nacional ou do universal. Abuso de platonismo? De materialismo? De um cristianismo? Tudo se passa como se os paladinos do universalismo acreditassesem na existência — ou na possibilidade de fabricação — de um homem universal, de uma filosofia universal, de uma literatura universal, de uma arte universal ou de uma política universal.

Bem certo é que o mundo depurado das idéias platônicas desconhece o Espaço e o Tempo, a Geração e a Corrupção, a Língua e a História, enfim, a finita e condicionada situação humana: mas o mesmo Platão nunca confundiu os dois planos da realidade, como ora se confundem na ficção universalista.

Não é menos certo que, afirmando dogmaticamente a homogeneidade de um absoluto princípio explicativo do real, a Materia, um vasto sector da cultura contemporânea entende serem apenas contingentes, ocasionais, efêmeras, as diferenças de modo, não só entre todos os seres entre si, como também entre os homens. Assim, num utópico paraíso fabricado, todos os homens pensariam igual, agiriam igual, ter-se-á atingido uma universalidade coincidente com a completa detenção do movimento. Cada um no seu Universo, o Homem Universal, o Carneiro Universal, o Mosca Universal, repousaria enfim de tanta inquietude.

Um cristianismo, de idêntico modo pensa que se há um Deus, uma Verdade, há também um Homem, identificável (pela imitação ou luta inferior, pela abdicação da individualidade e de outras características inerentes) a Cristo — e em consequência, que há uma Sabedoria, uma Philosophia Perennis. A humanidade seguirá assim um modelo universal, um pensamento universal — ou mesmo, como o tentou a Contra-Reforma, mais espanhola que italiana, uma política universal. Será necessário sublinhar que o próprio cristianismo pensa hoje de outra forma, aceitando já melhor a comunicação e interfluência do culto e das culturas, expressões das diversas realidades antropológicas e das diferentes vias filosóficas?

Se a nossa mente tende a acatar o sincrétismo monoteísta e a existência de uma Verdade última, nada mais perigoso, temerário e negativo do que transportar concepções que necessariamente estão fora do tempo, para o tempo, fora do espaço, para o espaço, fora dos homens, para os homens. A realidade é a diferenciação, a fragmentação, a cisão: os indivíduos são ilhas e essas ilhas, reunidas, podem quando muito formar continentes, em torno de núcleos gregários, como as línguas, as tradições históricas, o dinamismo de uma específica teologia. Que cada um desses núcleos, sem aspirar a uma universalização impossível, procure a Verdade pelos meios naturais que tem ao seu alcance — mas que não procure impor aos outros aquele seu saber que é necessariamente uma meia verdade, isto é, um erro.

Como pátrias espirituais, lutemos todos livremente contra o peso do erro consubstancial à nossa condição: não nos entreguemos passivamente e abdicando de nós mesmos, ao erro alheio, sob a máscara alicante de um universalismo que apenas existe como arquétipo inconsciente, como virtualidade de um mítico futuro.

Porque este sedutor pensamento do universalismo possível é o primeiro e o mais grave — talvez até o único — factor da guerra. Querer avorar uma verdade circunstancial em verdade universal, significa querer impor um estatuto metafísico-pragmático às outras nações. Neste sentido, todas as guerras são guerras religiosas — e nada de fundamental separa as Cruzadas das campanhas de Napoleão, Charles V ou Filipe II, do Kaiser ou de Hitler: e a guerra que ora se teme seria ainda uma guerra religiosa, provocada pela ficção universalista, entre potências

aspirando a proclamar a Democracia Universal ou o Comunismo Universal.

Irrefutável parece pois que, enquanto um nacionalismo cultural, filosófico, espiritual, representa a paz e a liberdade de procurar o caminho que a um grupo humano é mais próprio, fecundo e rico de possibilidades — um universalismo idealista, materialista, voluntarista, ignorando o abismo entre o conceptual e o real, apenas poderá semear a guerra entre os países e até entre os indivíduos, afastados de uma vocação que não pode ser geral e social, porque é particular e, de certo modo, única.

Desviado o significado de Universalidade para o sofístico, de Universalidade, estão explicadas muitas coisas que entre nós se passam. Denunciada está pois a razão de uma crise espiritual que caminha já para o seu quarto século.

O EQUIVOCO CULTURAL

A legenda unão há cultura sem cultos, lançada pela filosofia portuguesa, é o reverso dessa outra legenda unão há culto sem culturas. Ambas põem em risco as tradicionais posições assumidas depois do positivismo tanto por laicos como por religiosos. Está bem de ver que damos aqui à palavra culto o mais lato significado: há cultos sagrados, como há cultos profanos. A substituição de palavras absolutas, mesmo encaradas como degenerescência, nunca pôs em dúvida os residuos culturais: Deus, Idade, Materia, História, Facto, Existência, Nada, exigem sempre um ritual e não é sem motivo que em tempos religiosos se faia haja de sacerdotes, como de filósofos, políticos, escritores e artistas.

O equívoco da cultura resulta da coticáda inadequação: as pessoas praticam um culto determinado, mas a sua cultura liga-se a outro culto, que não praticam. Vice-versa, mesmo acontece com as pessoas de sinal oposto.

Deriva este fenômeno penalizado do conceito universitário da cultura erudita, encyclopédica. Os pseudocultos desejam mostrar aos outros e a si mesmos que leram tudo, que viram tudo, que estão a par, que seguem Paris, Roma, Berlim, atulham o espírito de conhecimentos ilgáveis, superficiais, dispersivos — e contraditórios.

Frequentam a missa católica e as exposições abstractas, lêem os livros materialistas e os existencialistas, citam Faulkner e Claudel, são discípulos de Maurores, admiram Henry Moore, reclamam-se do Hegel ou do Kierkegaard, dizem-se nacionalistas e aceitam as filosofias universais, materialistas e viverem de crenças preconcebidas.

Esta cultura cótica e inadequada tem só uma consequência: a paralisação. A responsabilidade das nossas escolas! Na impossibilidade de uma escola plena, autêntica, de vocação ligada a missão, temos o egoísmo, a luta de interesses, a passividade.

Nestas condições, a cultura das nossas cidades é uma desoladora regressão — ou estagnação — que apenas venceremos quando, tomando consciência do equívoco, aprenderemos a integrar a cultura em algo que a excede e transcenda, numa teologia.

O EQUIVOCO LITERARIO

Recentes inquéritos publicados na imprensa portuguesa deram ao público o confrangedor espetáculo de uma literatura carecente de fins, muito embora virtualmente possua os meios. Uma vaga de optimismo invadiu subitamente a nossa cultura porque mais uma vez se fomou o exterior pelo profundo. Sim, é certo que nunca se escreveu tanto, nunca se publicou tanto e nunca tantos escritores dominaram tão vigorosamente a forma literária. Não tínhamos romancistas: contámos-nos agora por dezenas, todos talentosos. Poetas, nunca faltaram: sempre os Portugueses souberam cantar mágoas e sentimentos de amor, dor e frustração, em estilo árcade ou parnasiano, romântico ou simbolista, surrealista ou concretista. Dramaturgos são ainda poucos, mas como a desculpa é fácil como todos sabem, pelos motivos claros a toda a gente, ninguém se preocupa muito com isso.

Nós, por natural pendor patriótico, estariamos quase tentados a seguir a opinião geral, se os citados inquéritos não tivessem vindo revelar — com que nua carnalidade! — o que afinal era patente aos olhos do mais elementar dos observadores desinteressados.

Sim, todo esse optimismo estaria certo, certíssimo, se não se baseasse

EDUCAÇÃO FEMININA
E EDUCAÇÃO FEMINISTA

Por

LUIS CARLOS ESPÍRITO SANTO

Quem olhar, apreender e relacionar a grande distância que vai do sexo masculino ao sexo feminino, poderá reconhecer, a distância que os isola. Verá, então que é ilusória, a aparente concordia. O considerar como autênticas, as relações que um e outro estabelecem, no convívio social, é que pode provocar tal equívoco. E na escola, que ele se gera, onde a criança é tida por um ser psicologicamente assujeitado.

As correntes pedagógicas que propõem, estabelecem ou instituem um ensino único, ignoram ou invejam a competição natural por um libertar evolutivo de potencialidades.

Já mais de uma vez, quem pensa, sabe e conhece, chamou a atenção de políticos responsáveis, para o quadro mecanicista do nosso ensino, mas as advertências, tomadas mais no plano do sentimento, colidiram com as imodestas ideias, de quem, menosprezando o nacional, vive na ânsia, de bem copiar o paradigma estrangeiro.

Considerar que o ensino está imbuído de métodos uniformizantes, com graves consequências para as futuras gerações, é querer resolver o problema sentimentalmente, como os adeptos do futebol, através da importação de treinadores, técnicos ou jogadores do estrangeiro, é menorizar, diminuir e inferiorizar o espírito aventureiro do português.

Julgar que o sistema Braille pode ser aplicado com êxito numa escola de surdos-mudos, é tão errônea e simplista indução, como a daqueles que anologicamente, querem resolver o problema do ensino, por importação, sem aparente pagamento de impostos, da inadequada metodologia estrangeira.

Esquecer que a criança do campo, é diferente da da vila, e esta, por sua vez, diferente da da cidade é menosprezar evidência. Olvidar que o rapaz e a rapariga são realidades espirituais diferentes, que devem ser educados, tendo em consideração as suas típicas virtualidades e carências, é confrangedor, alarmante e criminoso.

Organizar, como no estrangeiro, um ensino com muita história, obrigando os rapazes a decorar datas e factos, enleados num mais ou menos ardilos trama, e a memorizar imagens, equivale de certo modo, aconselhá-los a deixar os jogos viris, para brincar com bonecas, deixar crescer os cabelos, andar com leveza, chamar a atenção.

Deformada, pela instrução demasiado erudita, de um árido ensino memorizador, onde obtém 20 valores, o que souber toda a matéria de cor, fica a inteligência masculina impedida de dar largas ao sonho, reacreando a imaginação. A nítida e notória diferença, entre rapaz e rapariga, atestam-nos aqueles que estudam, apreciam e pensam, as realidades bioantropológicas, nos seus concretos movimentos de geração e corrupção.

Ignorar consciente ou inconscientemente, que os rapazes têm mais interesse pelo geral, pelas estruturas ocultas, pelas ciências naturais, pelas matemáticas; e que as raparigas, estão mais apegadas ao particular, às estruturas aparentes, às línguas, ao desenho, à música e ao teatro, porque fixam melhor, são mais favorecidas na memória, especialmente no que toca a detalhes respeitantes aos seres humanos, à vida social, ou a qualquer assunto em que jogue a emoção (como muito bem assinala no último número da Revista Portu-

guesa de Filosofia, Aura de Monte negro) corresponde a não querer ver, o que está patente, a desprezar totalmente.

Gastos dezenas anos pelo jovem, numa evolutiva formação, em que, treinada a memória e fortalecida a erudição, pela obtenção de inúmeros conhecimentos positivos, que visam apenas, a preparação futura de técnicos e profissionais; nos surge na adolescência, um ser, dotado de falta de livre arbitrio, sem capacidade para a escolha, débil de mais para a decisão. A conselho ou por imposição familiar, segue o curso que melhor lhe permite a elevação, à entrada no escol. Mas, a elevação é sempre relativa, e só a aptidão é concreta. Há que eliminar o preconceito de que o ensino se destina a formar um escola de homens apenas socialmente mais elevados, porque, mais do que a isso, destina-se o ensino a formar homens mais aptos. E só por homens aptos poderá ser constituído um verdadeiro escol, onde o cidadão que ascenda ao desempenho de uma função, o faça em consonância com o seu caráter e capacidade.

Como fruto das discrepâncias pedagógicas, surge na vida social o homem em luta contra a mulher, luta de ódio, onde, naturalmente, só devia haver, entendimento de amor. A legislação excessiva, aproxima-se, apocalpticamente de um estético e caótico refrear, do impetuoso movimento social. A limitação legal, transforma a pouco e pouco o dinamismo da vida, numa inatural e dóblica figura petrificada e morta. Como consequência de um ensino americanizado, típico de uma sociedade matriarcal, o valor viril dos heróicos descendentes lusiadas, perde-se diluído nos paradigmáticos de J. Dewey, e, a falsa afirmação, de que na sociedade actual existe uma igualdade de sexos, aceita-se como verdadeira e glorificada. Entram em luta, como iguais em direitos, na busca do lugar, no seu desempenho, pai e filha, irmão e irmã, marido e mulher. E a educação uniforme, mais propicia a uma aceitação tácita do que a uma valorativa negação implícita, favoreceu mais a mulher, mais apta a receber e procrear, do que a criar e recrear. O pai, o irmão e o marido, terão, pouco a pouco, de aceitar a competição num campo, em que forá preparada a desigualdade social. Terão pouco a pouco de abdicar da sua transcendente missão de criadores e recriadores de paradigmas civilizacionais, em proveito de uma estética e retrógrada queda, de valores éticos, estéticos e religiosos, provocando o suicídio das complementares e necessárias relações familiares, no campo da amizade, da lealdade e da bondade.

Não são culpadas as mulheres, nem a elas se pode atribuir a responsabilidade, mas sim àqueles que menosprezam, desconhecem ou falham a posição do pai, da mãe e dos filhos, na família, no trabalho e na pátria. São responsáveis, os que creem mecanizável o ser humano, os que reduzem a sociedade a uma grande máquina e os indivíduos a rodas dentadas. O não tomar em conta a constituição e a natureza biológica do homem, o exigir dele comportamentos uniformes; o confundir espírito com matéria, rios com veias, centros industriais com centros orgânicos, cérebro com governo e membros com instituições, corresponde a esboçar, limitar e enformar uma sociedade a caminho da queda.

(Continua na pág. 10)